



**FACULDADE DE INHUMAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE INHUMAS**

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

VANESSA RIBEIRO BRITO

**A INFLUÊNCIA DO USO DAS TIC NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO
DURANTE A PANDEMIA**

INHUMAS-GO

2022

VANESSA RIBEIRO BRITO

**A INFLUÊNCIA DO USO DAS TIC NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO
DURANTE A PANDEMIA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Professor orientador: Ma. Katielly Vila Verde Araújo Soares

INHUMAS – GO

2022

VANESSA RIBEIRO BRITO

**A INFLUÊNCIA DO USO DAS TIC NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO
DURANTE A PANDEMIA**

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO(S) ALUNO(S)

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Inhumas, 15 de dezembro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Ma. Katielly Vila Verde Araújo Soares
(Orientadora e Presidente)

Prof. Me. Júlio César da Silva
(Membro)

Dedico essa monografia a todos os meus familiares e amigos, o apoio e compreensão de vocês foi indispensável para conclusão desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a mim, por não ter me permitido desistir frente aos desafios apresentados durante o curso, por ter persistido, e por ter sabedoria para concluí-lo.

Agradeço a minha família, minha mãe Valdirene, meu pai Raimundo, meu irmão Raphael, meus avós maternos Nilma e Obner, meus avós paternos Maria das Graças e ao meu avô Antônio que nos deixou quando recém ingressei no curso, aos meus primos, tios, e todo restante que se alegrou com as minhas conquistas durante esses quatro anos.

Agradeço aos meus amigos que sempre me incentivaram, em especial as duas amigas que o curso me deu, Letícia e Mayra, obrigada por sempre me apoiarem, me ouvirem e serem minhas encorajadoras, agradeço pela nossa amizade e pelo respeito mútuo que sempre cultivamos.

Agradeço a minha professora orientadora, Ma. Katielly Vila Verde, por ter me orientado em um momento de grande necessidade, você foi luz nessa reta final, agradeço pela paciência e pela forma como me ajudou a conduzir este trabalho.

Agradeço a todos os professores que passaram pelo meu caminho durante o curso, os ensinamentos de vocês foram essenciais para a minha formação. Quero fazer um agradecimento em especial ao professor Me. Júlio César da Silva, que me acompanhou e apoiou nos momentos iniciais de escrita deste trabalho, e a professora Ma. Claudia Abdalla, que sempre foi uma incentivadora, obrigada pelo carinho e pelas palavras de apoio.

“A alfabetização é mais, muito mais, do que ler e escrever. É a habilidade de ler o mundo.”

Paulo Freire

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PID	Programa Inclusão Digital
PNA	Plano Nacional de Alfabetização
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PRONINFE	Programa Nacional de Informática Educativa
RENPAAC	Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
SACI	Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares
SEF	Secretaria de Ensino Fundamental
SOCINFO	Programa Sociedade da Informação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UCA	Um Computador por Aluno

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Esquema das formas de conexão	25
Figura 2. Quadro dos programas educacionais que inseriram as TIC nas redes municipais, estaduais e federais de educação	30

RESUMO

As tecnologias estão presentes em todos os âmbitos da atualidade, inclusive em contexto educacional. Diante da situação pandêmica enfrentada mundialmente, fez-se necessário entender como essa circunstância atrelada as tecnologias, influenciaram o processo de alfabetização. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo geral analisar a influência das TIC no processo de alfabetização durante a pandemia. Os objetivos específicos foram: conceituar historicamente os processos de alfabetização e letramento, compreender as tecnologias de informação e comunicação no contexto educacional e contextualizar a visão dos professores quanto ao processo de alfabetização no período de pandemia. Como procedimento metodológico utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa quanti qualitativa, onde foi utilizado o google forms como instrumento de coleta de dados. Os referenciais teóricos no qual se baseia a pesquisa são autores como Soares (2020), e documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases (1996), Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), entre outros. A partir da análise de dados, constatou-se a dificuldade em se trabalhar com as tecnologias dentro de sala de aula, agravadas pela situação de pandemia por covid-19, dado o processo histórico da alfabetização e das tecnologias no Brasil, a análise empreendida possibilitou verificar como essa situação influenciou o processo educacional, e como as tecnologias auxiliam o trabalho dos professores diante a esse cenário incomum.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Tecnologia. Pandemia. Covid-19.

ABSTRACT

Technologies are present in all current spheres, including in the educational context. Faced with the pandemic situation faced worldwide, it is necessary to understand how this circumstance, influenced by technologies, will influence the literacy process. Thus, this work has the general objective of analyzing the influence of ICTs on the literacy process during the pandemic. The specific objectives are: to historically understand literacy and literacy processes, understand information and communication technologies in the educational context and contextualize the view of two teachers on the literacy process in the pandemic period. As a methodological procedure, bibliographic research and qualitative quantitative research were used, where google forms were used as a data collection instrument. The theoretical references that supported the research are authors such as Soares (2020), and legal documents such as the Diretrizes e Bases Law (1996), National Curricular Parameters (1998), among others. Based on the analysis of the data, the difficulty in working with technologies in the classroom was verified, aggravated by the situation of the covid-19 pandemic, given the historical process of literacy and technologies in Brazil, the analysis undertaken was possible to verify how this situation influences the educational process, and how technologies help or work two teachers in this common scenario.

Keywords: Literacy. Literacy. Technology. Pandemic. Covid-19.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	16
1.1 - ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO	16
1.2- ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONCEITOS E MÉTODOS	26
2 TIC NO CONTEXTO EDUCACIONAL	30
2.1 - BREVE HISTÓRICO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)	30
2.2 - TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: MARCOS LEGAIS E MATERIAL DE SUPORTE	32
2.2.1 LDB	32
2.2.2 PCN	33
2.2.3 GUIA DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS	34
2.2.4 DNCs	34
2.2.5 BNCC	35
2.3 - PROGRAMAS EDUCACIONAIS COM VIÉS TECNOLÓGICO	36
2.3.1 DÉCADA DE 60	37
2.3.2 DÉCADA DE 70	37
2.3.3 DÉCADA DE 80	38
2.3.4 DÉCADA DE 90	38
2.3.5 DÉCADA DE 2000	39
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA VOLTADAS PARA AS TECNOLOGIAS	40
3 ALFABETIZAÇÃO, TECNOLOGIA E PANDEMIA: ANÁLISE DE DADOS	43
3.1 LETRAMENTO DIGITAL	43
3.2 PANDEMIA POR COVID-19	44

3.3 ANÁLISE DE DADOS	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	71
ANEXO A- COLETA DE DADOS ESCOLA PÚBLICA	77
ANEXO B- COLETA DE DADOS ESCOLA PRIVADA	85

INTRODUÇÃO

Pretende-se, nesta pesquisa, analisar como as novas tecnologias de informação e comunicação influenciaram o processo de alfabetização no período de pandemia. Este trabalho propõe examinar como os professores se posicionam diante da nova forma de ensinar, como se adaptaram e quais foram os resultados do ensino remoto para a educação de 1º e 2º ano do ensino fundamental. Ele consiste em apresentar a perspectiva de quem está enfrentando a tarefa de alfabetizar com recursos virtuais online diante de uma epidemia global.

Sendo assim, faz-se necessário percorrer os caminhos que possibilitam uma análise sobre quais foram os efeitos do surto da Covid-19 na educação. O primeiro caso da doença no Brasil foi identificado em São Paulo no dia 26 de fevereiro de 2020 desde então o país tomou medidas de biossegurança para evitar o alto índice de contágio, em março de 2020 grande parte dos centros de ensino fecharam as portas, iniciando assim o período de aulas remotas, havendo uma diversidade nas formas e maneiras de se adaptar a esse novo momento. Consequentemente a maneira de ensinar teve que ser adequada à nova situação.

Ante o exposto, apresenta-se o problema da pesquisa, qual seja: Qual o impacto das NTIC no processo de alfabetização durante a pandemia?

As problematizações do objeto pesquisado ocorreram no sentido de entender como se adequou a forma de ensino presencial para o ensino remoto, tendo em vista as novas metodologias utilizadas e quais as dificuldades enfrentadas diante da mudança repentina. Algumas indagações são necessárias, como: A falta de recursos tecnológicos por parte dos alunos para a participação nas aulas, o despreparo do professor diante a nova forma de se ensinar, e como essa transição influenciou de maneira direta a alfabetização no ensino fundamental.

Sendo assim, esta pesquisa busca esclarecer a indagação feita anteriormente, baseando-se na leitura de autores como Soares (2020), e documentos oficiais com a Lei de Diretrizes e Bases (1996), os Parâmetros

Curriculares Nacionais (1998) entre outros, utilizando de suas contribuições, analisaremos como as novas tecnologias, e a pandemia trouxeram uma nova perspectiva de ensino na atualidade.

Esta pesquisa se justifica socialmente por contribuir para a reflexão a respeito da acessibilidade às novas tecnologias em sala de aula, outros professores da rede de educação básica de ensino poderão ler a pesquisa e a partir dela buscar fundamentos práticos juntamente ao teórico explanado para aprimorar suas aulas.

Esta pesquisa se justifica cientificamente pela contribuição acadêmica que agregará para a formação de outros alunos da pedagogia e de outros âmbitos da educação, para que possam fundamentar o conhecimento na área da alfabetização e das tecnologias.

O objetivo primordial da pesquisa é analisar a influência do uso das novas tecnologias na alfabetização durante a pandemia da Covid-19.

As metodologias empregadas para a realização deste estudo foram as pesquisas bibliográfica e quanti qualitativa. A pesquisa bibliográfica é constituída por pesquisas feitas anteriormente, utiliza-se de produções teóricas realizadas por outros autores (SEVERINO, 2003). A pesquisa quantitativa e qualitativa é composta por análise e interpretações de informações, não pode ser induzida, e é feita estatisticamente (RODRIGUES, 2007).

Para tal a pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo será apresentado a abordagem histórica sobre a alfabetização e o letramento, no qual trataremos a concepção do ensinar, até a questão de alfabetizar letrando dos dias atuais, também abordaremos o conceito de alfabetização e letramento e de seus métodos; As tecnologias estão presentes em todo contexto atual, inclusive no ambiente escolar. Se fez necessário ao longo da história brasileira, a implementação de programas educacionais e políticas públicas para que a educação acompanhasse a inovação tecnológica que acontece ao seu redor. Sendo assim, no segundo capítulo, acompanharemos a trajetória histórica das tecnologias no Brasil e suas implicações na educação brasileira; para finalizar, o terceiro capítulo apresentará o conceito de letramento, a contextualização da pandemia por Covid-19 e os

resultados obtidos na pesquisa feita nas escolas pública e privada com professores da etapa de alfabetização.

1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

O capítulo foi desenvolvido em duas sessões, a primeira delas: A abordagem histórica sobre a alfabetização e o letramento, no qual trataremos a concepção do ensinar, até a questão de alfabetizar letrando dos dias atuais. Na segunda sessão, abordaremos o conceito de alfabetização e letramento e de seus métodos, fundamentado na leitura de autoras como Magda Soares (2020) e Emília Ferreiro (1999).

1.1 - ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO

O início da história da educação no Brasil, data o ano de 1553 no Brasil Colônia, com a fundação da primeira escola jesuítica, o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente, que de início era um orfanato onde os meninos aprendiam catecismo, a ler a escrever e a fazer cálculos, o enfoque maior era no ensino secundário. A educação nesta época, não era estruturada, não havia professores específicos, as aulas eram ministradas por padres.

Alguns anos mais tarde, em 1556, no plano pedagógico dos Jesuítas passa a se chamar Colégio de Jesus. Em busca de fiéis, a educação se estendeu além dos Curumins, para os filhos dos colonos, porém, enquanto os índios tinham aulas focadas apenas na leitura e na escrita, os filhos dos colonos tinham uma educação mais culta, ambas evangelizadoras, mas evidenciava-se o ensino dualista (CAMARGOS, 2018). Percebe-se então os primeiros sinais do ensino dual no Brasil,¹ que mesmo após quase 500 anos, ainda se estende em algumas regiões brasileiras.

Após a expulsão dos Jesuítas em 1759, a educação entra na era Pombalina, em que surge o ensino público financiado pelo Estado, deixando de lado a educação comandada pelas igrejas que perpetuou no Brasil durante séculos (CAMARGOS,

¹ A educação dualista pode ser caracterizada como uma educação que privilegia aqueles que detêm do poder econômico encaminhando-os a uma educação intelectual e que inferioriza aqueles que não possuem tal poder encaminhando-os a uma educação passiva. (BORGES; GONÇALVES; FIGUEIREDO, 2017, p. 138)

2018). Com a igreja fora do controle, o Estado passou a se responsabilizar pela educação dos brasileiros, desde então, as aulas não eram mais ministradas por padres.

Mais a frente, no Brasil Imperial em 15 de Outubro de 1827, surge a primeira Lei geral da educação:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (BRASIL, 1827)

Escolas foram construídas em todo o país, houve o estabelecimento de salários e de nível de instrução para os professores, assim, em 1827, criou-se a primeira lei que previa a educação formal no Brasil.

Mais de cinquenta anos depois, em 19 de Abril de 1879, acontecia a reforma de Leôncio Carvalho, no qual se estabelecia a obrigatoriedade do ensino primário para toda criança entre 7 e 14 anos de idade, o analfabetismo, atingia 80% da população brasileira. Não havia preocupação com currículo, ou políticas públicas na época, conseqüentemente, a população mais carente, estava desassistida, percebe-se isso pelo elevado número de pessoas não alfabetizadas

Ao final do século XIX, surgiu a preocupação com o analfabetismo. Em 1881, foi criada a Lei Saraiva (BRASIL), que proibia o voto dos analfabetos, porém o intuito da lei não era “forçar” as pessoas a se alfabetizarem para terem direito ao voto, era realmente excluir parte da população, tendo um viés totalmente eleitoral, não pedagógico, nesse período, as pessoas consideradas alfabetizadas eram as que sabiam escrever seu próprio nome.

Já em 1940, houve uma pequena mudança na concepção de alfabetização, agora ser alfabetizado era escrever um pequeno bilhete

Exigia-se mais do indivíduo, mas mesmo assim, a leitura e a escrita não passaria de codificação e decodificação das letras, não havia a preocupação com a interpretação e o entendimento do que estava sendo

lido, era simples reprodução de letras, a cópia e a memorização. (PORRINO; BARROS, 2017, p.6)

Após quase 60 anos, não houve uma grande evolução no conceito de alfabetização, o que antes era escrever apenas o próprio nome, agora estendia-se a um pequeno bilhete (PORRINO; BARROS, 2017), não havendo grande mudança, já que ambas as formas eram apenas a transcrição das letras.

Em janeiro de 1964, foi criado o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), que serviria para organizar movimentos educacionais a fim de reduzir o índice de analfabetos entre jovens e adultos, que, até 1963, formava uma parcela de mais de vinte milhões de pessoas. O programa pretendia atender mais de 8% dessa população, porém menos de três meses depois, em abril de 1964, o programa foi cancelado em decorrência do golpe militar. (FGV, 2009)

Devido ao retrocesso sofrido no país depois do cancelamento do PNA, o Estado criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em 1967, que tinha propostas que iriam além do PNA, pretendendo erradicar o analfabetismo em 8 anos, no ano de 1975. Percebe-se que as pessoas a frente do projeto não tinham uma perspectiva realista da situação, já que apenas 15% dos alunos ingressantes no curso, chegavam ao final, nesse ritmo, o tempo estipulado seria pouco para tamanho objetivo, sendo assim, após do censo de 1980, foi comprovada sua ineficácia já que não houve uma redução significativa nos índices, em 1985 o MOBRAL chegou ao fim, juntamente com a ditadura. (FGV, 2009)

Três anos após o fim da ditadura, foi criada a Constituição Federal de 1988, que prevê aspectos importantes para a educação

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em

lei, que: I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação. (BRASIL, 1988)

Os art. 205, 206, 208, 213 garantem de forma constitucional, a educação como dever do estado, garantindo o acesso e a permanência das crianças na escola, além do atendimento das crianças em creches e pré-escolas, esses artigos representam marcos na evolução da educação brasileira.

Juntamente com a Constituição de 88, cria-se a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), prevista no artigo 210

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 1988)

Em 1996, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei 9.394; hoje com 15 princípios básicos, a LDB vem sofrendo alterações desde sua criação, mas o que a fundamenta é a garantia de uma educação, pública, gratuita e de qualidade para todos os níveis de ensino.

Não se faz referência a alfabetização de forma direta na LDB, define-se a composição dos níveis escolares por “[...] educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; educação superior “(BRASIL, 1996).

Três anos após o lançamento da LDB, foi lançado pelo Ministério da Educação (MEC) juntamente com a Secretaria de Ensino Fundamental (SEF), o projeto Parâmetros em Ação, que teve como propósito o incentivo a formação continuada dos professores e a articulação e implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e dos Referenciais Curriculares (BRASIL, SEF, 1999). Esse módulo em especial, é destinado aos professores alfabetizadores, com a intenção de

Apresentar alternativas de estudo dos Referenciais Curriculares a grupos de professores e a especialistas em educação, de modo que possam servir de instrumentos para o desenvolvimento profissional desses educadores. • Analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais (Educação Infantil e Ensino Fundamental) elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação,

norteadoras do trabalho das escolas.¹

- Contribuir para o debate e a reflexão sobre o papel da escola e do professor na perspectiva do desenvolvimento de uma prática de transformação da ação pedagógica.
- Criar espaços de aprendizagem coletiva, incentivando a prática de encontros para estudar e trocar experiências e o trabalho coletivo nas escolas.
- Identificar as idéias nucleares presentes nos Referenciais Curriculares e fazer as adaptações locais necessárias, atendendo às demandas identificadas no âmbito do estado/município ou da própria escola.
- Potencializar o uso de materiais produzidos pelo MEC.
- Incentivar o uso da TV Escola como suporte para ações de formação de professores.

(BRASIL, 1999)

O módulo é composto por sequência de atividades e um material de apoio ao professor, contendo atividades, sugestão de livro e material de leitura (BRASIL, 1999).

A alfabetização é uma das preocupações da UNESCO desde sua criação, em 1946. Em 2003 juntamente com o Ministério da Educação, foi criada a Década das Nações Unidas para a Alfabetização, com dois principais objetivos

Primeiramente, a Década buscará promover a conscientização acerca do desafio da alfabetização. E, em segundo lugar, a Década servirá como um estímulo para ação por uma grande quantidade de parceiros e outras partes interessadas. (UNESCO, 2003)

Inicialmente, na época de sua criação, a visão sobre a alfabetização era meramente técnica, codificar e decodificar a linguagem em forma escrita, o papel da UNESCO era possibilitar ao máximo a iniciação de pessoas na leitura e na escrita. Com o passar das décadas, houve uma evolução significativa, a visão da UNESCO para a alfabetização agora era uma

(...) Visão de pessoas usando a comunicação escrita de maneira que reforcem seu lugar na sociedade, dêem expressão a sua identidade, facilitem o aprendizado e permitam diálogo aberto e respeitoso com os vizinhos da aldeia local e da aldeia global. Isso implica múltiplos ambientes alfabetizados que sejam auto-sustentáveis e entrelaçados, permitam a participação de todos e conduzam a:

- alfabetização para a participação democrática: "voz para todos";
- alfabetização para a realização de potencial: "educação para todos";
- alfabetização para a expressão e o compartilhamento de identidades e conhecimentos: "alfabetizações criativas e recíprocas". (UNESCO, 2003)

Essa perspectiva propõe a alfabetização como um elemento de autonomia, onde a leitura e a escrita proporcionem igualdade e acesso a informação para todos. A Década da Alfabetização também estabeleceu resultados esperados e estratégias a serem utilizadas para alcançar determinado resultado.

Ainda no segmento da alfabetização, temos o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), instituído através da portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012, ampliando o compromisso proposto no decreto nº 6.094 de abril de 2007, com a intenção de alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade ao final do 3º ano do ensino fundamental. Tendo os três primeiros anos para serem alfabetizados e letrados (falaremos mais à frente de forma ampla sobre o letramento), as crianças precisam passar por esse processo desenvolvendo a leitura e a escrita de forma complementar, tendo a compreensão de textos orais e a produção escrita de forma crítica.

As ações do PNAIC tem por objetivo:

- I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;
- II - reduzir a distorção idade-série na Educação Básica;
- III - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores;
- V - construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental. (BRASIL, 2012)

Essas ações, de forma geral, colaboram para uma educação transformadora, sendo uma proposta que apoia os professores e os incentiva através da reflexão, a buscar a criticidade, afetando diretamente na aprendizagem das crianças, de forma positiva, é claro.

Logo após o PNAIC, é aprovado através da lei nº 13.005 o Plano Nacional de Educação (PNE) em Junho de 2014, que prevê as seguintes diretrizes

- I - erradicação do analfabetismo ;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014)

Tendo vigência de dez anos, ele se encerra em 2024, e tem vinte metas a serem alcançadas, uma delas é a meta 5, que prevê que todas as crianças sejam alfabetizadas nos primeiros três anos do ensino fundamental, para isso, foram criadas estratégias, que consistem de forma geral, em dar continuidade no processo iniciado na educação infantil, valorizando e qualificando seus professores; avaliar as crianças em nível nacional (que pode acontecer através da Avaliação Nacional da Alfabetização- ANA); estimular o uso de tecnologias e práticas inovadoras para a alfabetização, etc. (BRASIL, 2014)

O projeto em si, de forma geral é encantador, porém a realidade é um pouco diferente, os resultados apresentados até agora pelo site do PNE, demonstram que alfabetizar TODAS as no máximo até o 3º ano, será verdadeiramente difícil, em 2016, o percentual de crianças que tinham aprendizagem adequada da leitura até o 3º ano era de 45.3%, e da escrita 66.1%. As propostas são exemplares, porém é necessário verificar sua aplicabilidade na prática.

Desde sua primeira aparição, no art. 214 da Constituição de 1988, o PNE traz como um de seus princípios a erradicação do analfabetismo, em 1980, a porcentagem de analfabetos no Brasil era de 25,5 % entre jovens com mais de 15 anos (INEP, 2000). Quase quatro décadas depois, em 2017, o índice de analfabetismo em jovens de 15 anos ou mais, era 7,0%, o que o PNE pretende reduzir até 2024 (IBGE, 2018).

Ainda tratando de documentos oficiais, temos as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), que foram definidas pelo Conselho Nacional

de Educação (CNE), em 1996 juntamente com a LDB. Em sua versão mais recente, de 2013, encontramos na etapa do ensino fundamental, considerações a respeito da alfabetização, são elas:

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – foco central na alfabetização, ao longo dos três primeiros anos, conforme estabelece o Parecer CNE/CEB nº4/2008, de 20 de fevereiro de 2008, da lavra do conselheiro Murílio de Avellar Hingel, que apresenta orientação sobre os três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos; (BRASIL,2013)

Sendo referenciado na primeira parte do documento, dentro do ensino fundamental, as considerações a respeito da alfabetização aparecem de forma sucinta, descrevendo a leitura e a escrita de forma geral na aprendizagem e apresentando o tempo estimado de três anos para concluir a etapa.

As DCNs apresentam a relevância de integrar os primeiros anos do ensino fundamental com a educação infantil, em todas as etapas da educação básica, é importante que o conteúdo seja conectado com a vivência das crianças, mas especialmente na jornada da alfabetização, os professores devem se atentar quanto a valorização da experiência .

Desta forma, as Diretrizes pressupõem, que os três primeiros anos do ensino fundamental devem possibilitar :

- a) a alfabetização e o letramento;
- b) o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, de Ciências, de História e de Geografia;
- c) a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo, e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro. (BRASIL, 2013, p.137)

Mais do que a alfabetização, faz-se menção ao letramento, e a importância de desenvolver outras áreas do conhecimento, além de fazer um adendo sobre como pode ser prejudicial a reprovação nos três primeiros anos do ensino

fundamental, assim como é recomendado pelo MEC. Essa reprovação, pode gerar um retardamento do processo , além de desestimular os alunos.

Outro documento norteador da educação brasileira, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com sua versão mais atual em 2017, que define uma série de aprendizagens a serem desenvolvidas durante a educação básica. Diferentemente das DCNs, a BNCC prevê o processo de alfabetização, até o segundo ano do ensino fundamental, com a intenção de desenvolver as habilidades de forma mais objetiva.

Segundo a BNCC, alfabetizar é

[...] trabalhar com a apropriação pelo aluno da ortografia do português do Brasil escrito, compreendendo como se dá este processo (longo) de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da língua pelo estudante. (BRASIL, 2017)

Percebemos o enfoque do documento em destacar os aspectos linguísticos, como os fonemas, os grafemas, as representações gramaticais, compreendendo o processo e sua funcionalidade.

Além disso, o documento define algumas habilidades envolvidas do processo de alfabetização, são elas:

- Compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas (outros sistemas de representação);
- Dominar as convenções gráficas (letras maiúsculas e minúsculas, cursiva e script);
- Conhecer o alfabeto;
- Compreender a natureza alfabética do nosso sistema de escrita;
- Dominar as relações entre grafemas e fonemas;
- Saber decodificar palavras e textos escritos;
- Saber ler, reconhecendo globalmente as palavras;
- Ampliar a sacada do olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez de leitura (fatiamento). (BRASIL, 2017)

Essas habilidades estão voltadas para uma questão mais técnica do processo de alfabetização, do processo em geral e de suas finalidades, não necessariamente na ordem apresentada.

E por fim, no trajeto histórico da alfabetização, temos a Política Nacional de Alfabetização (PNA), de 2019, que surge como uma tentativa do MEC, de melhorar os processos e os resultados da alfabetização, os objetivos do PNA, são: “Promover a cidadania por meio da alfabetização, elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem, e contribuir para alcançar as metas 5 e 9 do PNE”. (BRASIL, 2019).

Dentro do site do PNA, temos o programa Tempo de Aprender, que é uma iniciativa do MEC para melhorar a qualidade do processo de alfabetização através de quatro eixos, são eles: Formação continuada de profissionais da alfabetização, apoio pedagógico e gerencial para a alfabetização, aprimoramento das avaliações da alfabetização e valorização dos profissionais da alfabetização (Alfabetização.mec.gov).

Se tratando de letramento, sua história é mais recente, segundo Magda Soares (2020), o letramento surge no Brasil, em meados de 1980, com uma de suas primeiras aparições no livro de Mary Kato de 1986: No mundo da escrita, uma perspectiva psicolinguística. Segundo a autora, etimologicamente, letramento deriva da palavra literacy, que significa “estado ou condição que assume aquele que aprende a ler ou escrever”, sobre isso ainda complementa

Implícita nesse conceito está a ideia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas, quer para qual grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la. (SOARES, 2020 p.17)

Nesta perspectiva, o letramento seria o uso da leitura e da escrita em situações sociais e cotidianas do indivíduo, já não seria somente saber ler e escrever, mas sim como e quando utilizar a leitura e a escrita no dia a dia como um sujeito ativo na sociedade.

Percebe-se assim que houve um desenvolvimento considerável desde a época dos Jesuítas, e que grandes marcos educacionais contribuíram para que a educação brasileira chegasse na realidade de hoje, porém os estudos sobre alfabetização e letramento não estão acabados, tendo em vista o contexto educacional que estamos vivenciando.

1.2- ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONCEITOS E MÉTODOS

Depois de passarmos pela trajetória da educação e da alfabetização no Brasil, percebemos o quanto a mudança foi relevante, o que antes era considerado ser alfabetizado, hoje faz parte muitas vezes da educação infantil, que é simplesmente escrever o próprio nome. Hoje, temos autores como Magda Soares, que conceitua alfabetização como sendo

Processo de apropriação da “tecnologia escrita”, isto é, do conjunto de técnicas- procedimentos, habilidades- necessárias para a prática da leitura e da escrita: domínio do sistema de representação que é a escrita alfabética e das normas ortográficas; habilidades motoras de uso de instrumentos de escrita(lápis, caneta, borracha...); aquisição de modos de escrever e de modos de ler- aprendizagem de uma certa postura corporal adequada para escrever ou ler, seguindo convenções da escrita, tais como: a direção correta da escrita na página(de cima para baixo, da esquerda para a direita); a organização espacial do texto na página; a manipulação correta e adequada dos suportes em que se escreve e nos quais se lê- livro, revista, jornal, papel etc (SOARES, 2020, p.27).

Neste mesmo sentido, temos a concepção de Tfouni sobre a alfabetização:

A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para a leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. Isso é levado a efeito, em geral, por meio do processo de escolarização e, portanto, da instrução formal. A alfabetização pertence assim ao âmbito do individual. (TFOUNI, 2010, p. 11-12)

Tanto Soares, como Tfouni apresentam em seus estudos concepções de alfabetização voltadas para a técnica, o como fazer, ligada à realidade escolar. É evidente a transformação, o que antes era apenas a cópia sem significado de símbolos, passa a ser uma sequência de habilidades envolvendo a leitura e a escrita, para que seja considerado alfabetizado.

Um requisito a mais, é que o aluno além de alfabetizado, seja letrado como define Soares (2020)

Capacidade do uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais

que envolvem a língua escrita, o que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos- para informar ou informar-se, para interagir com os outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para dar apoio à memória etc.; habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidade de orientar-se pelas conversões, ao escrever, atitudes de inserção no mundo da escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor.(SOARES, 2020, p.27)

Isso é confirmado e complementado através da fala de Tfouni, em seu livro *Letramento e alfabetização* (2010).

O letramento, por sua vez, focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita (...) o letramento tem por objetivo investigar não somente quem é alfabetizado, mas também, quem não é alfabetizado, e, nesse sentido, desliga-se de verificar o individual e centraliza-se no social.(p.12)

Diferentemente da alfabetização, que se trata da codificação e decodificação de símbolos, o letramento vai além da técnica, se tratando de seu uso diário nas práticas sociais, porém quando falamos em contexto escolar, é necessário que se esclareça, que por mais que a alfabetização e o letramento sejam processos diferentes, são indissociáveis, sendo indispensáveis como parte da construção da criança enquanto sujeito ativo na sociedade.

Se tratando do contexto escolar, apresentaremos as concepções de Frade (2007), Ferreiro e Teberosky (1999) sobre os métodos de alfabetização. Como aponta Ferreiro e Teberosky (1999, p.21), “os métodos de alfabetização são definidos em dois tipos, métodos sintéticos, que partem de elementos menores que as palavras, e métodos analíticos, que partem da palavra, ou de estruturas maiores”.

Dentro de cada uma dessas definições, temos suas especificidades, que são definidos por Frade (2007) como sendo: método alfabético, que consiste em partir da decoraçãõ de forma oral, depois em sequências até a ordem alfabética completa, finalizando com o estudo individual das letras; método fônico, em que é ensinado inicialmente o traçado das vogais e seus sons e posteriormente o das consoantes; e método silábico, que diferentemente dos anteriores, parte das sílabas, e não dos

fonemas. Segundo Frade (2007, p.26) os métodos analíticos

(...) partem do todo para as partes e procuram romper radicalmente com o princípio da decifração. Buscando atuar na compreensão, estes defenderam a inteireza do fenômeno da língua e dos processos de percepção infantil. Estes métodos tomam como unidade de análise a palavra, a frase e o texto e supõem que baseando-se no reconhecimento global como estratégia inicial, os aprendizes podem realizar posteriormente um processo de análise de unidades que dependendo do método (global de contos, sentencição ou palavrção) vão do texto à frase, da frase à palavra, da palavra à sílaba.

Não se distinguindo do conceito apresentado anteriormente por Ferreiro e Teberosky (1999), a autora traz a definição do método analítico, que é quando parte-se do geral para o específico, partindo do texto para as unidades menores, frase e palavra.

Frade (2007) divide os métodos analíticos em quatro unidades específicas, sendo elas: o método de palavrção, no qual são apresentadas grupos de palavras, podendo estar acompanhadas de gravuras ou não, no qual os alunos reconhecem pela visualização e configuração gráfica; o método de sentencição, em que se analisa a sentença, que após ser compreendida, é dividida em palavra e sílabas; o método da frase, que se assemelha com o método anterior, porém parte de palavras com significado desde o início do processo de alfabetização, partindo de atividades de expressão oral; e por fim, o método global de contos ou de historietas, cujo se estuda o texto, depois a sentença e por fim a sílaba.

Verifica-se que tanto dentro do método sintético, como do método analítico, a memorização e a repetição dos objetos de aprendizagem (texto, frase, palavra, sílaba, letra), fazem parte do processo de alfabetização, garantindo uma fixação gradual da aprendizagem das crianças. Independente do método utilizado é necessário que se desenvolva a consciência fonológica² dos alunos utilizando de boas práticas de alfabetização que visem o desenvolvimento global das crianças.

² A consciência fonológica pode ser entendida como um conjunto de habilidades que vão desde a simples percepção global do tamanho da palavra e de semelhanças fonológicas entre as palavras até a segmentação e manipulação de sílabas e fonemas (Bryant & Bradley, 1985). Fazendo parte do processamento fonológico, que se refere às operações mentais de processamento de informação baseadas na estrutura fonológica da linguagem oral. (LOPES, 2004)

Diante da contextualização histórica da alfabetização de suas conceituações e metodologias, verificamos como esse processo se deu ao longo do tempo. No mundo globalizado em que vivemos, atualmente, a escola precisou se adequar para acompanhar os educandos, sendo assim, fez se necessário a utilização das TIC no processo educacional. No capítulo dois, conheceremos como se deu a inserção das TIC no contexto escolar, sua história, documentação legal, programas e políticas públicas que possibilitaram-nas serem parte integrante da educação brasileira.

2 TIC NO CONTEXTO EDUCACIONAL

As tecnologias estão presentes em todo contexto atual, inclusive no ambiente escolar. Se fez necessário ao longo da história brasileira, a implementação de programas educacionais e políticas públicas para que a educação acompanhasse a inovação tecnológica que acontece ao seu redor. Sendo assim, neste segundo capítulo, acompanhamos a trajetória histórica das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e suas implicações na educação brasileira, baseando-nos em autores como Kenski (2012), Menezes (2018) e em documentos oficiais como a Constituição Federal, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entre outros.

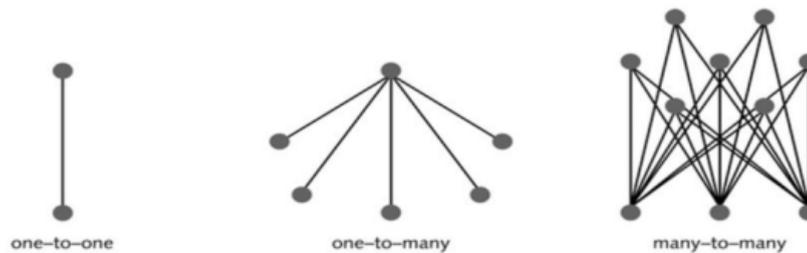
2.1 - BREVE HISTÓRICO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

As tecnologias de informação e comunicação, ou de forma abreviada, TIC, são ferramentas digitais e recursos tecnológicos que facilitam a troca de informações e comunicação entre os indivíduos do mundo globalizado, alguns exemplos são: Computadores, smartphones, redes sociais, internet, webcam, sons digitais, vídeos digitais, entre outros. (KENSKI, 2012, p. 28).

Porém, até chegarmos ao contexto atual, as tecnologias passaram por diversos processos de transformação. Segundo Menezes (2018), é após a invenção de Graham Bell em 1876, que a evolução dos processos de comunicação alavancou, passando por diferentes formas de conexão.

Inicialmente, a forma de conexão era “one-to-one”, em que a troca de mensagens ocorria de um emissor para um receptor, como a carta e o telefone; depois evoluiu para “one-to-many”, no qual a troca ocorria de um emissor para vários receptores, através da televisão e do rádio por exemplo; já “many-to-many”, cujo há vários emissores para vários receptores, como é o caso da internet. (MENEZES, 2018).

Figura 1- Esquema das formas de conexão



Fonte: Menezes, 2018, p.3.

Verifica-se que essas formas de conexão ocorreram de maneira gradual, um processo construtivo, em que o desenvolvimento tecnológico foi evoluindo de acordo com a necessidade histórica de cada época.

De acordo com Rocio (2010), o primeiro computador doméstico surgiu somente em 1974.

Durante os anos 80 e 90, as tecnologias que mais contribuíram para a expansão das TIC foram os sistemas operativos de janelas e a Internet. Os sistemas operativos de janelas tornaram mais acessível e imediato o uso do computador: a Apple foi pioneira nesta área, introduzindo o sistema MacOS em 1984, que acompanhava o seu novo computador Macintosh. No ano seguinte, a Microsoft lançou a primeira versão do Windows, que evoluiu para o sistema operativo que é hoje usado na grande maioria dos computadores pessoais tipo PC (ROCIO, 2010, p.11).

Após o desenvolvimento do computador, foram criadas diversas ferramentas que contribuíram como parte integrante das TIC, sua criação foi um dos passos que possibilitou essa evolução .

No Brasil, o desenvolvimento tecnológico ocorreu por volta de 1949 com a criação do Conselho Nacional de Pesquisa, pelo presidente Gaspar Dutra, a fim de alcançar o progresso econômico pós guerra, os primeiros computadores chegaram

somente no ano seguinte, 1950. Um ano após a chegada dos primeiros computadores no Brasil, foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que visava criar uma instituição com a finalidade de produzir ciência e tecnologia para a formação de cientistas. (BORGES e COUTO, 2015). Esses foram os primeiros passos para a implementação das tecnologias em nosso país.

2.2 - TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: MARCOS LEGAIS E MATERIAL DE SUPORTE

Devido ao desenvolvimento tecnológico que ocorreu em um curto período de tempo no Brasil, fez-se necessário a criação de documentos legais, programas e políticas públicas que inserissem as tecnologias em âmbito educacional. A seguir nos aprofundaremos sobre esta temática.

2.2.1 LDB

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9493/96), criada em 20 de dezembro de 1996, é a lei que rege a educação nacional. Composta por 92 artigos, a LDB organiza e sistematiza os diferentes níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior, e também diversas modalidades de ensino, como a educação inclusiva, ensino de jovens e adultos, educação a distância, entre outros. (BRASIL, 1996).

Se tratando propriamente das tecnologias na educação, a LDB estabelece nos artigos 39, 62 e 80 que

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas.

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (BRASIL, 1996).

Dessa forma, a educação tecnológica torna-se parte integrante da legislação brasileira, sendo regulamentada pela lei nº 9493/96, abre os caminhos para a formação dos profissionais de educação e no incentivo ao desenvolvimento ao ensino a distância.

2.2.2 PCN

A primeira versão dos Parâmetros Curriculares Nacionais foi criada em 1997 pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação Fundamental, que contempla as séries de 1º ao 4º, no ano seguinte, em 1998, é lançado os PCN para as séries de 5º a 8º ano. Seu objetivo é auxiliar os professores em sua prática diária, através de orientações aos profissionais de educação sobre diversas temáticas e a conteúdos fixos, como português, matemática, etc.

Sendo um documento tão amplo e com diversidade de temáticas, os PCNs de 1998, traz na 5º parte do documento uma área destinada sobre as TIC para a educação

O desenvolvimento das tecnologias da informação permite que a aprendizagem ocorra em diferentes lugares e por diferentes meios. Portanto, cada vez mais as capacidades para criar, inovar, imaginar, questionar, encontrar soluções e tomar decisões com autonomia assumem importância. A escola tem um importante papel a desempenhar ao contribuir para a formação de indivíduos ativos e agentes criadores de novas formas culturais. As novas tecnologias da informação oferecem alternativas de educação à distância, o que possibilita a formação contínua, trabalhos cooperativos e interativos. Podem ser ferramentas importantes para desenvolver trabalhos cooperativos que permitam a atualização de conhecimentos, a socialização de experiências e a aprendizagem permanente. (BRASIL, 1998, p.140)

Os PCN ressaltam a importância da tecnologia para o desenvolvimento da sociedade de modo geral, neste trecho especificamente, demonstra os benefícios e possibilidades que o avanço tecnológico proporciona para a área da educação e como esse avanço contribui na formação de agentes criadores de cultura.

2.2.3 GUIA DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Em 2008, foi criado pelo Ministério da Educação juntamente com a Secretaria de Educação Básica, o Guia de Tecnologias Educacionais

Com o propósito de apoiar os sistemas públicos de ensino na busca por soluções que promovam a qualidade da educação, o Ministério apresenta, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, o Guia de Tecnologias Educacionais Composto Pela Descrição de cada tecnologia e por informações que auxiliem os gestores a conhecer e a identificar aquelas que possam contribuir para a melhoria da educação em suas redes de ensino (Guia de Tecnologias Educacionais/MEC, 2008, p.15).

É apresentado no guia diversas propostas de programas e softwares tecnológicos, desenvolvidos ou em desenvolvimento, com finalidade educacional. Ele foi dividido em cinco blocos de tecnologias para diferentes áreas do conhecimento dentro da educação, são elas: Gestão da educação, Ensino-aprendizagem, Formação de Profissionais da Educação, Educação Inclusiva e Portais Educacionais.

O Guia busca selecionar tecnologias e programas inovadores que possam auxiliar dentro das instituições de ensino promovendo uma educação básica de qualidade.

2.2.4 DNCs

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs) foram publicadas em 2013 pelo Ministério da Educação, juntamente com a Secretaria de Educação Básica, “São estas diretrizes que estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras.” (BRASIL, 2013). As DCNs são complementares ao documento base da educação nacional atualmente, a BNCC.

No corpo do seu texto traz concepções acerca da integração das tecnologias no contexto escolar, para ser mais específico, no âmbito das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Se tratando das múltiplas infâncias e adolescências, o documento destaca como a exposição às mídias contribuem para formas de expressões mais visuais, associadas a imagens, e qual deve ser a atitude da escola em frente a essa situação

Novos desafios se colocam, pois, para a escola, que também cumpre um papel importante de inclusão digital dos alunos. Ela precisa valer-se desses recursos e, na medida de suas possibilidades, submetê-los aos seus propósitos educativos (...) Para tanto, é preciso que se ofereça aos professores formação adequada para o uso das tecnologias da informação e comunicação e que seja assegurada a provisão de recursos midiáticos atualizados e em número suficiente para os alunos. (DCNs, 2013, p. 111)

As DCNs assumem o papel das TIC enquanto ferramentas de aprendizagem e mediação escolar, evidenciando como a formação dos professores e a distribuição de recursos é importante nesse processo.

2.2.5 BNCC

Em 2015, a primeira versão da BNCC foi disponibilizada, sua versão mais recente é do ano de 2017, quando foi homologada pelo Ministro da Educação vigente na época, Mendonça Filho.

A Base Nacional Comum Curricular, é o documento norteador da educação básica no Brasil, onde é pautada a elaboração de currículos e propostas pedagógicas de todo país. Em seu conteúdo, prevê dez competências gerais da educação básica

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017)

Sendo as competências para “resolver demandas (...) da vida cotidiana” (BRASIL, 2017), em sua 5ª proposta, apresenta a necessidade da cultura digital para

o mundo globalizado e em constante transformação no qual vivemos

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2017)

Como a BNCC atende toda a educação básica, o trabalho pedagógico com as TIC, deve ser desenvolvido desde a educação infantil, passando pelo ensino fundamental, até o ensino médio, sempre buscando estimular o pensamento reflexivo e a criatividade dos alunos.

2.3 - PROGRAMAS EDUCACIONAIS COM VIÉS TECNOLÓGICO

Além dos documentos oficiais, foram criados diversos programas educacionais para a inclusão das TIC nas esferas municipais, estaduais e federais (BORGES e COUTO, 2015), cada um destes contribuiu com a inserção das tecnologias no contexto educacional de acordo com a necessidade de cada época, seja na área da pesquisa, da propagação de informação ou como ferramenta metodológica e didática.

Figura 2- Quadro dos programas educacionais que inseriram as TIC nas redes municipais, estaduais e federais de educação

ANO DE CRIAÇÃO	PROGRAMA
1960	REDE SACI
1978	TC 2000
1980	RNP
1984	Projeto EDUCOM
1985	RENPAAC
1986	Projeto FORMAR
1989	PRONINFE
1996	TV ESCOLA
1997	PROINFO
2000	SOCIOINFO
2003	CASA BRASIL
2004	PID
2006	UAB
2007	UCA
2009	CULTURA DIGITAL

Fonte: Borges e Couto , 2015, p. 6-7

2.3.1 DÉCADA DE 60

O projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI), foi criado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no final da década de 1960 com o intuito de transmitir conteúdos educacionais de nível fundamental e treinamento de professores para diversas regiões do país, utilizando um satélite de telecomunicações da NASA (BRASIL, 2021).

2.3.2 DÉCADA DE 70

No ano de 1978, foi criado pela Fundação Roberto Marinho, o Telecurso 2000, com o objetivo de levar acesso à educação a milhares de brasileiros através da televisão. Inicialmente chamado de telecurso 2º grau, era voltado para pessoas com mais de 21 anos, que tinham a intenção de fazer exames supletivos para obter o certificado de conclusão do 2º grau. (FRM, 2022)

2.3.3 DÉCADA DE 80

Na década de 80, surgiu a Rede Nacional de Pesquisa (RNP) com a missão de “promover o uso inovador de redes avançadas”, sua intenção inicial era proporcionar rede de internet para todo âmbito acadêmico em nível nacional. (RNP, 2019)

Nesta mesma década, no ano de 1984, foi criado pelo governo central o projeto EDUCOM, que reconheceu a informática como ferramenta de apoio e reconheceu também a necessidade de estudos sobre sua aplicabilidade no âmbito educacional.

Segundo Borges e Couto (2015), a Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes (RENPAK) foi a primeira rede pública de transmissão de dados brasileira. Criada em 1985 pela Embratel, sua principal ideia era integrar bancos de dados já disponíveis nacionalmente, porém, a ideia não foi bem aceita.

Um ano depois, em 1986, foi criado o projeto FORMAR, que tinha como objetivo principal a formação de professores para implantar centros de informática na educação (VALENTE, 2006).

No final da década de 80, foi lançado o Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE) que objetivava o desenvolvimento da informática educacional no Brasil (BRASIL, 1994).

2.3.4 DÉCADA DE 90

Nos anos 90, foram criados os programas: TV Escola, que é um canal televisivo destinado a professores e alunos, com objetivo de melhorar a qualidade da educação brasileira, seja capacitando os professores, ou incentivando a aproximação da escola com a comunidade (TVESCOLA, p.5); e o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), que foi criado com objetivo de levar a informática às escolas da rede pública como uma ferramenta pedagógica, disponibilizando recursos digitais, computadores e conteúdos educacionais (BRASIL, 2007).

2.3.5 ANOS 2000

Nos anos 2000, foram criados diversos programas com viés tecnológico educacional, o Programa Sociedade da Informação (SOCINFO) foi um deles. Criado com o intuito de organizar ações envolvendo as TIC para o desenvolvimento da sociedade, o programa buscava incluir todos os brasileiros para que houvesse uma melhoria na economia, e assim, criar condições para que o país competisse com o mercado global (MENEZES, 2001).

Em 2003, foi criado o programa Casa Brasil, que consistiu em proporcionar a inclusão digital para diversas capitais e cidades do interior através da criação de telecentros comunitários com computadores e acesso à internet para a população em geral. Segundo Borges e Couto (2015), um ano mais tarde, em 2004, foi criado o Programa Inclusão Digital (PID), que também objetivava a ampliação do acesso às TIC para pessoas de baixa renda.

A UAB, Universidade Aberta do Brasil surgiu em 2006, com o objetivo de ofertar cursos e programas de educação superior, com foco na formação de professores que já atuam na educação básica pública.

Sob a coordenação do Proinfo, em 2007 foi criado o projeto federal Um Computador por Aluno (UCA), que com o objetivo de intensificar as TIC nas escolas, distribuiu computadores portáteis aos alunos da escola pública.

E para finalizar a análise do quadro apresentado, temos a proposta do Cultura Digital (2009), um livro apresentado pelo Ministério da Cultura, que tem por objetivo despertar a reflexão em seus leitores.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA VOLTADAS PARA AS TECNOLOGIAS

As políticas públicas em Educação consistem em programas ou ações elaboradas em âmbito governativo que auxiliam na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal; um dos seus objetivos é colocar em prática medidas que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos.(ARZANI, SMARJASSI, 2021).

As políticas públicas são meios para se alcançar um objetivo, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Se tratando da educação, todos são elaborados em prol de sua melhoria. Os programas citados anteriormente são políticas públicas, porém, neste tópico falaremos especificamente sobre o Plano Nacional de Educação (PNE).

O PNE foi instaurado através da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, com duração de 10 anos, ele é constituído por 20 metas a serem concretizadas até o ano de 2024.

Uma das ferramentas utilizadas para conseguir cumprir as metas propostas pelo PNE, são as tecnologias, prevista na 7ª diretriz do documento “ promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País” (BRASIL, 2014).

A meta 3 do PNE prevê a matrícula de 85% da população de 15 a 17 anos no ensino médio, as tecnologias permitem a autonomia do aluno nessa etapa, aproximando-se de sua realidade no processo de ensino-aprendizagem.

Na etapa de alfabetização, em sua 5ª meta, o PNE propõe “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.” (BRASIL, 2014), para isso, é necessário a utilização de recursos e ferramentas para mediar esse processo. As estratégias estabelecidas pela meta 5

do PNE são:

5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2) instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

5.3) selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5) apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;

5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

5.7) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.(BRASIL, 2014)

Percebe-se a presença das tecnologias nas estratégias 5.3, 5.4, e 5.6 da 5ª meta do PNE, o documento busca trazê-las como uma ferramenta para auxiliar o professor a desenvolver uma prática de alfabetização inovadora, seja como ferramenta metodológica, recurso educacional ou para estimular a formação continuada.

A 7ª meta do PNE objetiva “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, de modo a atingir as (...) médias nacionais para o Ideb” (BRASIL, 2014), sendo assim, em seu texto preconiza o uso de tecnologias

para a meta estabelecida, como as estratégias 7.12 e 7.15 que prevêm

7.12) incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.15) universalizar, até o quinto ano de vigência deste PNE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação; (BRASIL, 2014)

Assim como na Meta 5, a 7ª Meta faz referência ao uso das tecnologias como ferramenta educacional para a melhoria da prática pedagógica, e além disso propõe a universalização do acesso a rede nas escolas públicas de educação básica.

Em consonância com a estratégia 7.15 do PNE, foi instituída através da Lei nº 14.180, de 01 de julho de 2021, a Política de Inovação e Educação Conectada, seus princípios são:

- I - equidade das condições entre as escolas públicas da educação básica para uso pedagógico da tecnologia;
- II - promoção do acesso à inovação e à tecnologia em escolas situadas em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica e de baixo desempenho em indicadores educacionais;
- III - colaboração entre os entes federativos;
- IV - autonomia dos professores quanto à adoção da tecnologia para a educação;
- V - estímulo ao protagonismo do aluno;
- VI - acesso à internet com qualidade e velocidade compatíveis com as necessidades de uso pedagógico dos professores e dos alunos;
- VII - amplo acesso aos recursos educacionais digitais de qualidade; e
- VIII - incentivo à formação dos professores e gestores em práticas pedagógicas com tecnologia e para uso de tecnologia. (BRASIL, 2021)

Esses princípios colaboram para modernização da educação, para que se adeque a realidade na era da informação, trazendo amparo e autonomia aos professores e alunos, é importante que no contexto atual, sejam criadas condições de igualdade para que todos tenham as mesmas oportunidades, a Lei 13.005 objetiva que a inclusão digital aconteça em ambiente escolar.

3 ALFABETIZAÇÃO, TECNOLOGIA E PANDEMIA: ANÁLISE DE DADOS

No ano de 2020 fez-se necessário a utilização das TIC para dar continuidade ao ensino regular devido a pandemia da covid-19. Neste terceiro capítulo, analisaremos como se deu esse processo do ensino remoto em turmas de alfabetização durante a pandemia em duas escolas do município de Inhumas, uma privada e a outra particular. Antes da análise de dados, nos situaremos em relação ao letramento digital e pandemia da covid-19 para melhor entendermos como se deu este processo.

3.1 LETRAMENTO DIGITAL

Anteriormente trouxemos a definição de letramento, onde Soares (2020, p.27) o conceitua como sendo “Capacidade do uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita”, o letramento digital é uma concepção mais recente, apesar disso, não se distancia da definição anterior.

O letramento digital também diz respeito as práticas sociais de leitura e escrita, porém em âmbito tecnológico, segundo Soares (2002, p. 151)

Letramento digital é um certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e de escrita na tela, diferente do estado ou condição – do letramento – dos que exercem práticas de leitura e de escrita no papel.

A autora apresentou a diferença entre entre o letramento e o letramento digital, distinguindo a ferramenta utilizada em ambos os processos, enquanto o letramento se trata de práticas de leitura e escrita de forma física, no papel, o letramento digital tem a mesma abordagem, porém fazendo o uso de ferramentas tecnológicas como o teclado e o monitor de computador por exemplo.

Percebe-se que assim como no letramento comum, o letramento digital vai além do saber ler e escrever, mesmo que em instrumentos ou recursos tecnológicos como o teclado ou documentos em PDF, trata-se de usar as tecnologias diariamente em benefício próprio.

3.2 PANDEMIA POR COVID-19

Aos onze dias de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde - OMS declarou situação de pandemia do coronavírus. Até o momento, foram mais de 233.503,524 milhões de casos, e mais de 4.777,503 mortes em todo mundo (OMS, 2021).

A partir de então, houve uma mudança global, medidas de segurança tiveram que ser realizadas, como o uso frequente de máscara, álcool em gel, e de início, o lockdown, que ao longo do tempo foi flexibilizado, sendo aplicado apenas nos picos de contaminação. Durante as “ondas”, onde os níveis de casos e contágio ficavam mais altos, diversos estabelecimentos tiveram que permanecer fechados, obedecendo um tempo estipulado por cada cidade, ficando aberto assim, apenas os essenciais, como farmácias, supermercados, distribuidoras de gás, estabelecimentos de saúde, etc.

Devido ao grande número de pessoas que frequentavam, e o fato de não poder haver aglomeração, as instituições de ensino foram as primeiras a serem fechadas, e diferentemente dos comércios, não seria apenas um lockdown de 15 ou 20 dias, apesar que de início, todos pensavam que seria assim.

No Brasil, o até então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, publicou a portaria N. 343, de 18 de março de 2020.

[...] no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e considerando o art. 9º, incisos II e VII, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, resolve: Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. § 1º O período de autorização de que trata o caput será de até trinta dias, prorrogáveis, a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e

distrital (BRASIL, 2020).

A partir de então começava as aulas remotas para todos os níveis de ensino, educação infantil, ensino fundamental, médio e superior.

3.3 ANÁLISE DE DADOS

Este trabalho baseou-se em uma pesquisa bibliográfica, que segundo Severino (2013, p. 106)

(...) é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados.

Porém, devido a pesquisa feita nas escolas pública e privada, fez-se necessário um diagnóstico quanti qualitativo para a fundamentação quantitativa da pesquisa

- Pesquisa quantitativa
 - Traduz em números as opiniões e informações para serem classificadas e analisadas
 - Utilizam-se técnicas estatísticas
- Pesquisa qualitativa
 - É descritiva
 - As informações obtidas não podem ser quantificáveis
 - Os dados obtidos são analisados indutivamente
 - A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa (RODRIGUES, 2007, p.5)

Sendo assim, foi criado através da plataforma google forms dois formulários idênticos que foram enviados para as diretoras das escolas pública e privada, onde as mesmas enviaram para professoras dos anos iniciais do ensino fundamental. Deste modo, o formulário foi estruturado em 14 questões objetivas e 01 questão discursiva, os professores tiveram o prazo de 30 dias para responder e fazer a devolutiva de forma automática e anônima. Partindo desse pressuposto, vide abaixo a questão inicial do formulário:

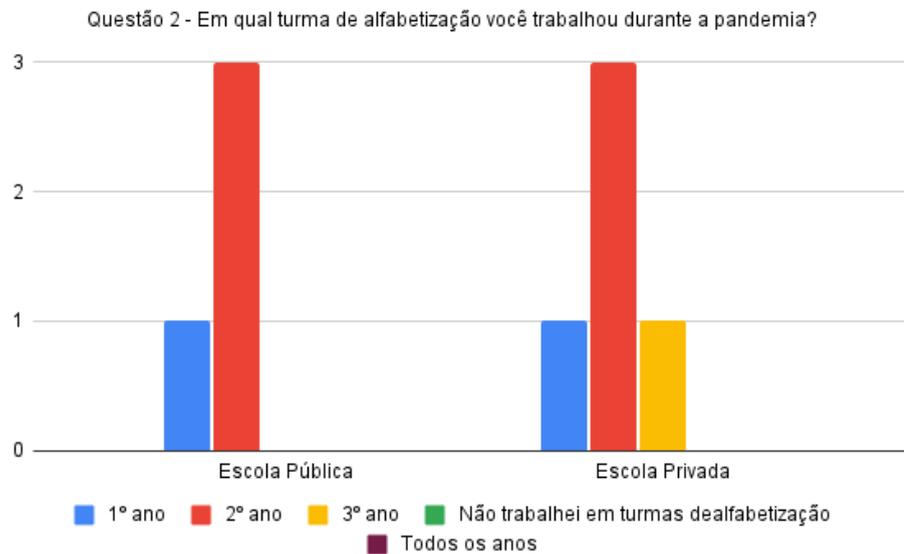
O primeiro gráfico apresenta o número de respondentes, sendo nove entrevistados no total, quatro da escola pública e cinco da escola privada



Fonte: Elaboração própria

A primeira questão do formulário, apresenta os professores que estavam em turmas de alfabetização durante os anos de pandemia, sendo assim 100% dos nove respondentes afirmaram que estavam em sala de aula.

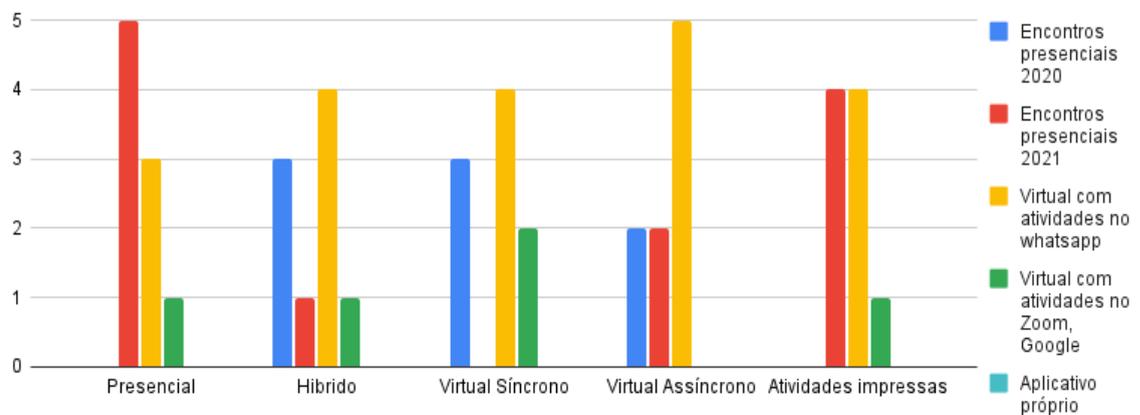
O segundo gráfico corresponde a questão de número dois, onde apresenta a turma em que os professores trabalharam durante a pandemia, sendo que na escola pública três dos respondentes trabalharam em turmas de 2º ano e um trabalhou em turma de 1º ano, e na escola privada três trabalharam em turmas de 2º ano, um em turma de 1º ano, e um em turma de 3º ano.



Fonte: Elaboração própria

O terceiro gráfico corresponde a questão de número três, onde apresenta os formatos de aula ofertados durante a pandemia,

Questão 3- Qual o principal formato de aulas ofertadas a seus estudantes durante a pandemia (2020/2021)?

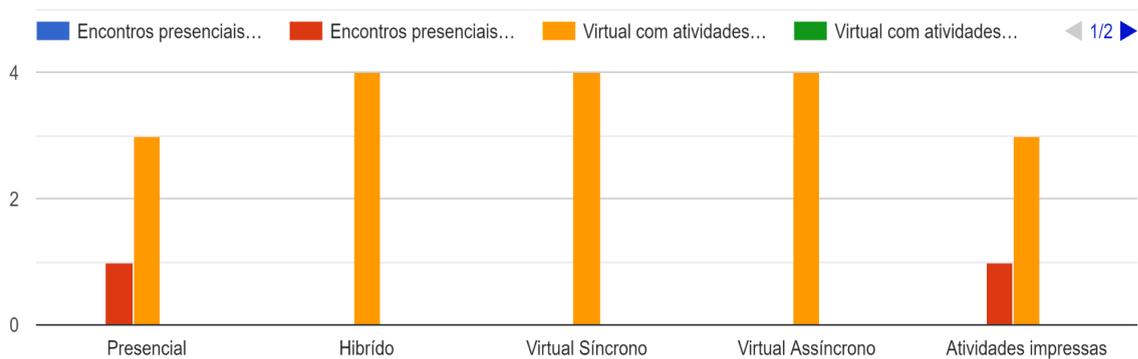


Fonte: Elaboração própria

Em 2020 foram ofertadas 3 aulas em formato híbrido, 3 aulas virtual síncrono, e 2 aulas virtual assíncrono; em 2021 foram ofertadas 5 aulas em formato presencial, 1 em formato híbrido, 2 virtual assíncrono e 4 com atividades impressas; as aulas virtuais com atividades no whatsapp foram ofertadas 3 em formato

presencial, 4 em formato híbrido, 4 virtual síncrono, 5 virtual assíncrono, e 4 em forma de atividades impressas, por fim, as atividades virtuais no zoom/ google meet, foram 1 de presencial, 1 de forma híbrida, 2 de forma virtual síncrono e 1 em forma de atividades impressas; sendo que na escola pública

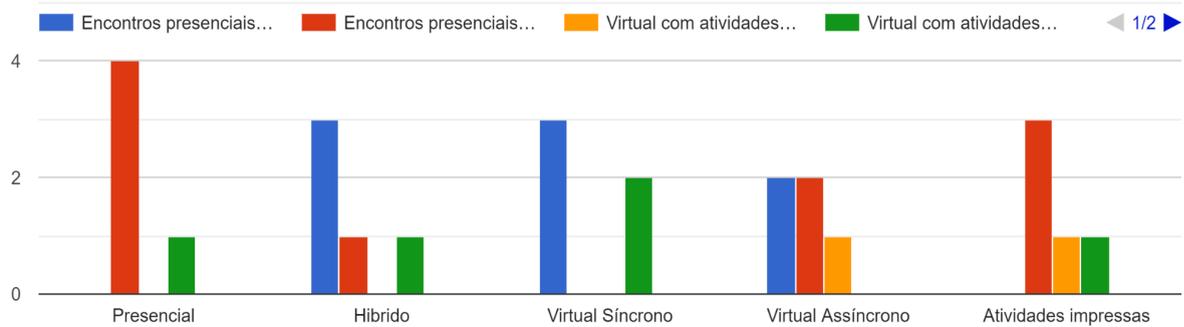
03) Qual o principal formato de aulas ofertadas a seus estudantes durante a pandemia (2020/2021)?



Fonte: Elaboração própria

Em 2021 foram ofertados 1 aula com formato presencial e 1 em forma de atividades impressas; as atividades virtuais com atividades no whatsapp foram a maioria, sendo 3 em formato presencial, 4 híbrido, 4 virtual síncrono, 4 virtual assíncrono e 3 em forma de atividades impressas. Na escola privada

03) Qual o principal formato de aulas ofertadas a seus estudantes durante a pandemia (2020/2021)?

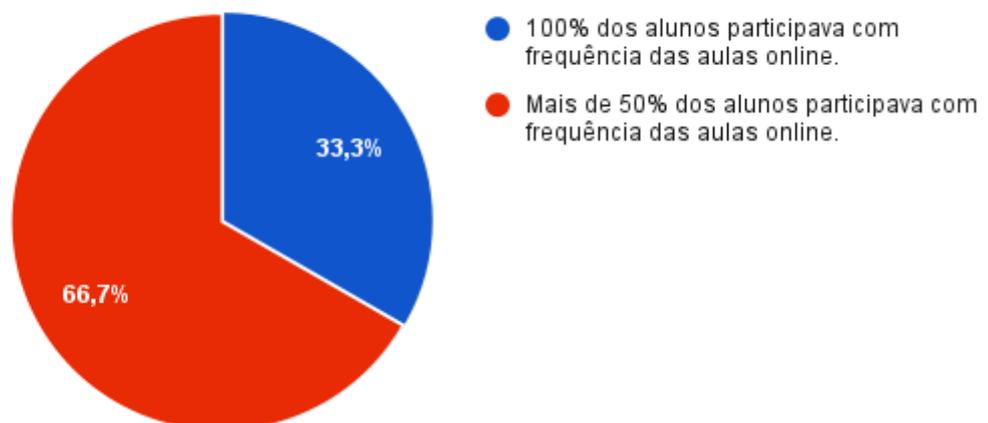


Fonte: Elaboração própria

Em 2021 foram 4 aulas em formato presencial, 2 virtual assíncrono, e 3 com atividades impressas; em 2020 foram 3 em formato híbrido, 3 virtual síncrono e 2 virtual assíncrono; as atividades no whatsapp foram 1 em formato virtual assíncrono e 1 em forma de atividades impressas.

O quarto gráfico corresponde a questão de número quatro, onde se apresenta a participação dos alunos nas aulas virtuais

Questão 4- Qual porcentagem média de estudantes participava com frequência das aulas/atividades virtuais?

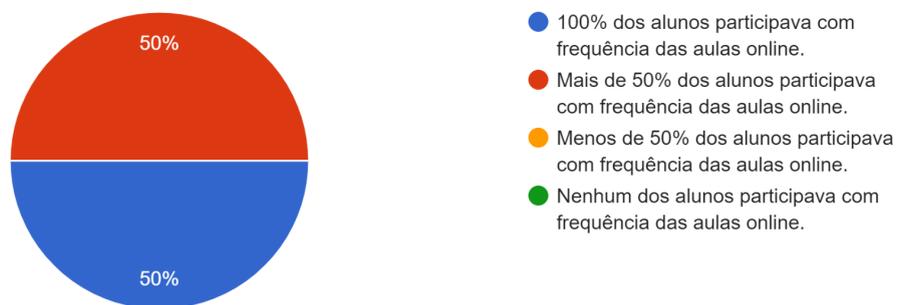


Fonte: Elaboração própria

Três respondentes afirmaram que 100% dos alunos participava com frequência das aulas online enquanto seis respondentes afirmaram que mais de 50% dos alunos participava com frequência das aulas online, sendo que na escola pública dos quatro respondentes

04) Qual porcentagem média de estudantes participava com frequência das aulas/atividades virtuais?

4 respostas

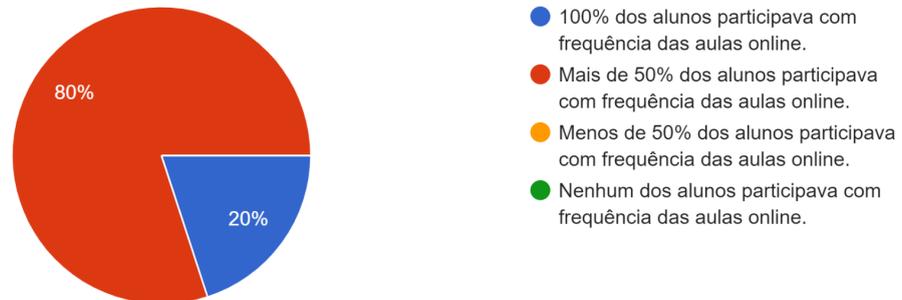


Fonte: Elaboração própria

Dois afirmaram que os alunos participavam com 100% de frequência, e dois afirmaram que mais de 50% dos alunos participavam com frequência. Já na escola privada, um respondente afirmou que 100% dos alunos participavam com frequência das aulas online, enquanto quatro dos respondentes afirmaram que mais de 50% dos alunos participavam das aulas online.

04) Qual porcentagem média de estudantes participava com frequência das aulas/atividades virtuais?

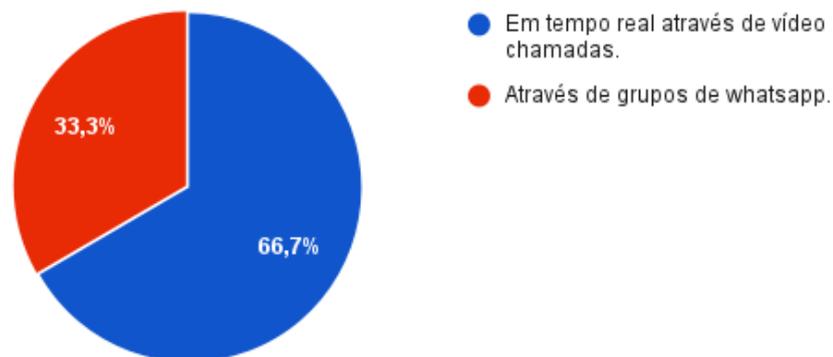
5 respostas



Fonte: Elaboração própria

O quinto gráfico corresponde a questão de número cinco, em que apresenta a forma como aconteciam as aulas remotas síncronas.

Questão 5- De que forma acontecia as aulas remotas (síncronas)?

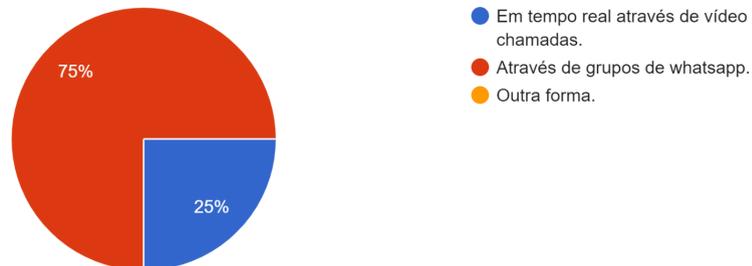


Fonte: Elaboração própria

Seis dos entrevistados responderam que as aulas aconteciam em tempo real através de vídeo chamada, e três responderam que aconteciam através de grupos de whatsapp sendo que na escola pública

05) De que forma acontecia as aulas remotas (síncronas)?

4 respostas

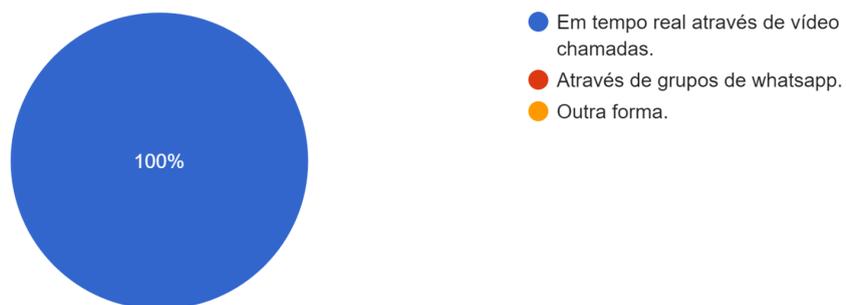


Fonte: Elaboração própria

Dos 4 respondentes, três afirmaram que as aulas aconteciam através de grupos do whatsapp, e um afirmou que as aulas aconteciam através de videochamadas, enquanto na escola privada, dos cinco respondentes, 100% afirmou que as aulas aconteciam em tempo real através de vídeos chamadas.

05) De que forma acontecia as aulas remotas (síncronas)?

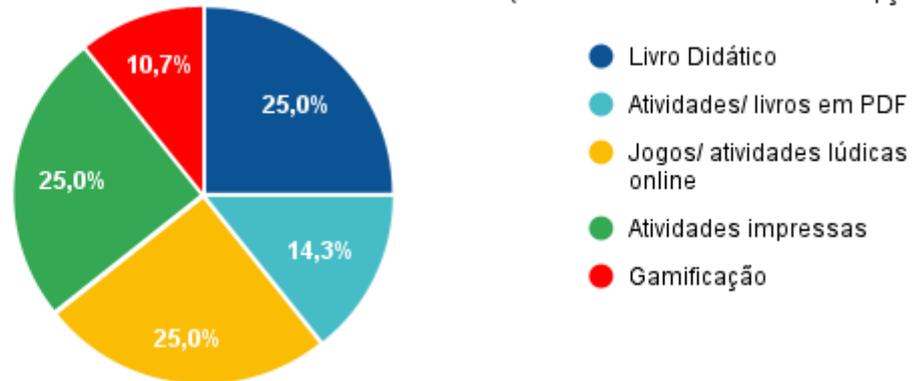
5 respostas



Fonte: Elaboração própria

O sexto gráfico corresponde a questão de número seis, onde se apresentam os recursos didáticos

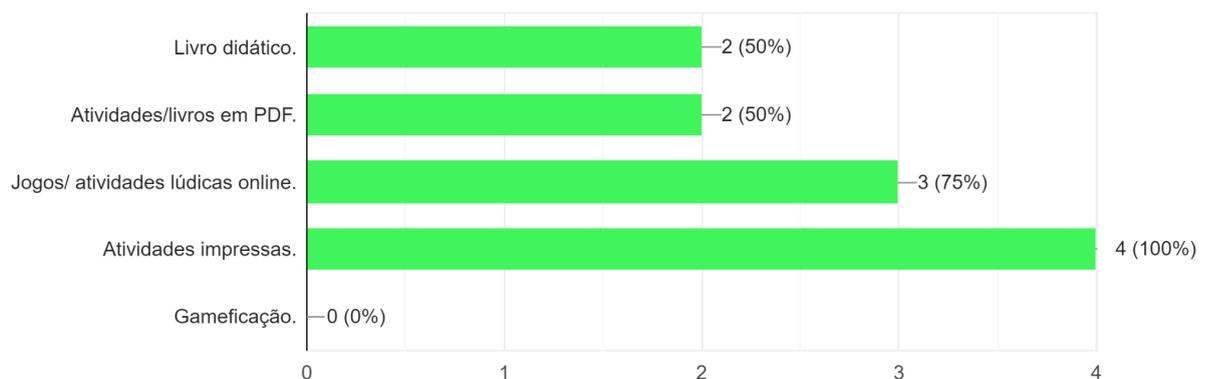
Questão 6- Quais os recursos utilizados durante as aulas online? (Podendo marcar mais de uma opção)



Fonte: Elaboração própria

Como opções de recurso para as aulas online, livro didático foi citado 7 vezes, as atividades/livros em PDF 4 vezes, os jogos e atividades lúdicas 7 vezes, as atividades impressas 7 vezes e a gamificação 3 vezes, sendo que na escola pública

06) Quais os recursos utilizados durante as aulas online? (você pode marcar mais de uma opção)
4 respostas



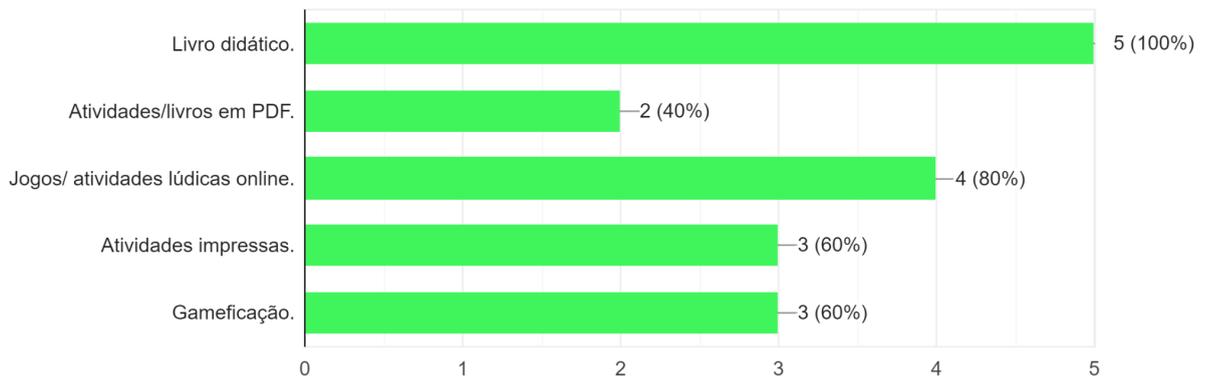
Fonte: Elaboração própria

O livro didático foi citado 2 vezes como opção de recurso didático, as atividades/livros em PDF 2 vezes, os jogos e atividades lúdicas 3 vezes, e as atividades impressas 4 vezes, enquanto na escola privada, o livro didático foi citado

5 vezes como opção de recurso didático, as atividades/livros em PDF 2 vezes, os jogos e atividades lúdicas 4 vezes, e as atividades impressas 3 vezes, e a gamificação 3 vezes.

06) Quais os recursos utilizados durante as aulas online? (você pode marcar mais de uma opção)

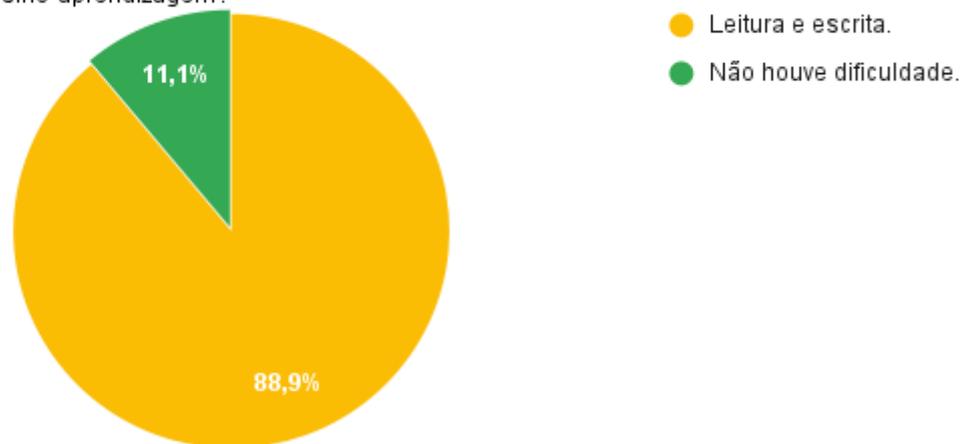
5 respostas



Fonte: Elaboração própria

O sétimo gráfico corresponde a questão de número sete, onde são apresentadas as dificuldades dos alunos em relação ao processo de alfabetização

Questão 7- Com relação ao processo de alfabetização, em qual área acredita que houve mais dificuldade de ensino-aprendizagem?

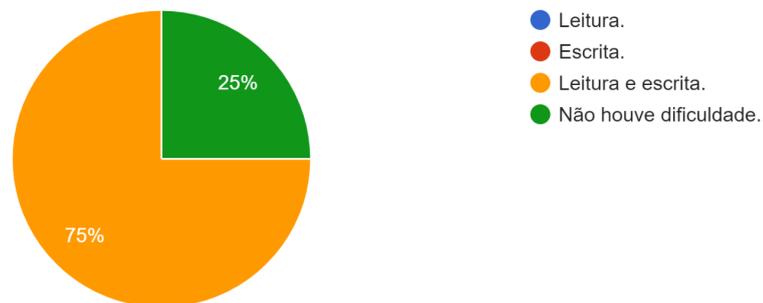


Fonte: Elaboração própria

Oito dos nove respondentes acreditam que houve dificuldade em ambas as áreas na leitura e na escrita, e um dos respondentes acredita que não houveram dificuldades, sendo que na escola pública

07) Com relação ao processo de alfabetização, em qual área acredita que houve mais dificuldade de ensino-aprendizagem?

4 respostas

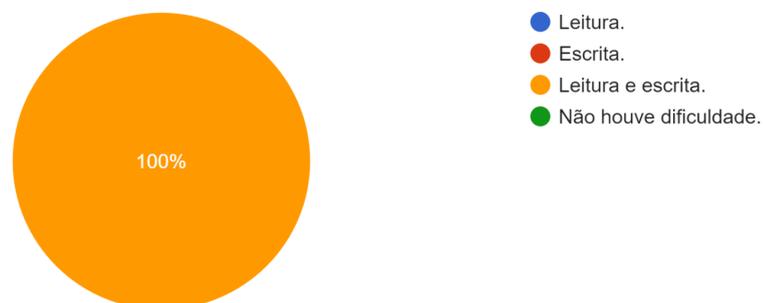


Fonte: Elaboração própria

Três dos entrevistados afirmam que houve dificuldade na área da leitura e escrita, um entrevistado acredita que não houveram dificuldades, enquanto na escola privada, dos cinco entrevistados, 100% acredita que houveram dificuldades no âmbito da leitura e da escrita

07) Com relação ao processo de alfabetização, em qual área acredita que houve mais dificuldade de ensino-aprendizagem?

5 respostas



Fonte: Elaboração própria

O oitavo gráfico corresponde a questão de número 8, sobre o acesso as aulas remotas

Questão 8- Qual porcentagem de alunos tinha acesso a internet/ computador/tablet/celular para participar das aulas?



Fonte: Elaboração própria

Seis dos respondentes afirmam que todos os alunos tinham acesso para participar das aulas, três respondentes afirmam que mais de 50% dos alunos tinham acesso para participar das aulas, sendo que na escola pública

08) Qual porcentagem de alunos tinha acesso a internet/ computador/tablet/celular para participar das aulas?

4 respostas



Fonte: Elaboração própria

Dois respondentes afirmaram que todos os alunos tinham acesso para participar das aulas, e dois afirmaram que mais de 50% dos alunos tinham acesso,

enquanto na escola privada, dos cinco respondentes, quatro afirmaram 100% de acesso a participação dos alunos nas aulas, em contrapartida um respondente afirmou que mais de 50% dos alunos tinham acesso para participação nas aulas remotas.

08) Qual porcentagem de alunos tinha acesso a internet/ computador/tablet/celular para participar das aulas?

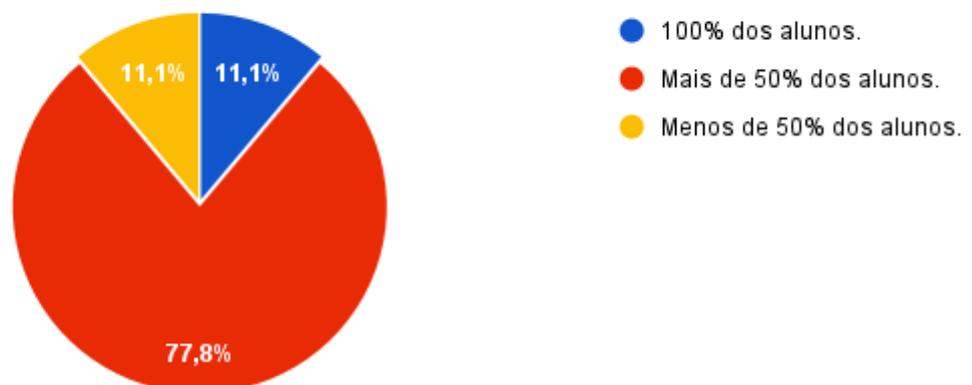
5 respostas



Fonte: Elaboração própria

O nono gráfico corresponde a questão de número 9, sobre a porcentagem de alunos alfabetizados

Questão 9- Qual a porcentagem os alunos que foram alfabetizados (sabendo ler e escrever para o 3º ano do Ensino Fundamental I)?

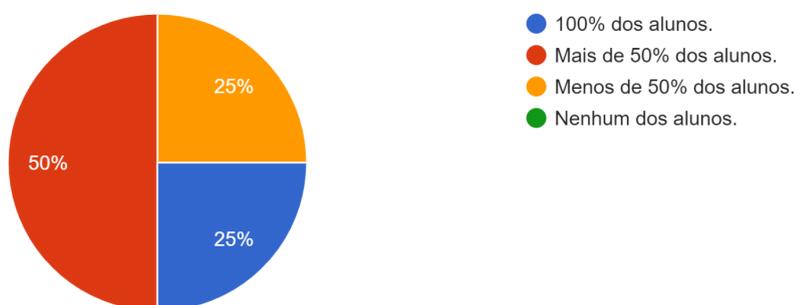


Fonte: Elaboração própria

Dos nove respondentes, um afirma que 100% dos alunos foram alfabetizados para o terceiro ano, sete afirmam que mais de 50% dos alunos foram alfabetizados, e um afirma que menos de 50% dos alunos foram alfabetizados para o terceiro ano, sendo que na escola pública

09) Qual a porcentagem os alunos que foram alfabetizados (sabendo ler e escrever para o 3º ano do Ensino Fundamental I)?

4 respostas

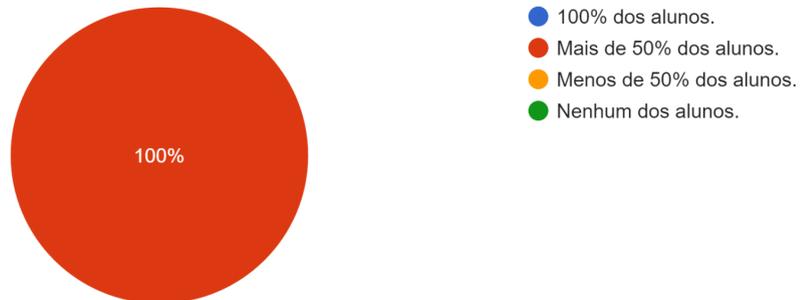


Fonte: Elaboração própria

Dois afirmaram que os alunos foram alfabetizados para o terceiro ano, um afirma que 50% dos alunos foram alfabetizados, e um afirma que menos de 50% foram alfabetizados para o terceiro ano, enquanto na escola privada, dos cinco respondentes, 100% afirma que mais de 50 % dos alunos foram alfabetizados para o terceiro ano do ensino fundamental.

09) Qual a porcentagem os alunos que foram alfabetizados (sabendo ler e escrever para o 3º ano do Ensino Fundamental I)?

5 respostas



Fonte: Elaboração própria

O décimo gráfico corresponde a questão de número 10, que aborda a participação das famílias no processo de aprendizagem

Questão 10- Em relação a participação da família dos alunos no processo de aprendizagem, você considera que:



Fonte: Elaboração própria

Oito dos respondentes afirmam que a família era presente no processo de ensino aprendizagem dos alunos, e um afirma que não eram participativos, sendo que na escola pública

10) Em relação a participação da família dos alunos no processo de aprendizagem, você considera que:

4 respostas



Fonte: Elaboração própria

Três respondentes afirmam que a família era participativa e interessada, e um respondente é contrário a essa afirmação, enquanto na escola privada, dos cinco respondentes, 100% afirma que a família era participativa e interessada, vide gráfico abaixo

10) Em relação a participação da família dos alunos no processo de aprendizagem, você considera que:

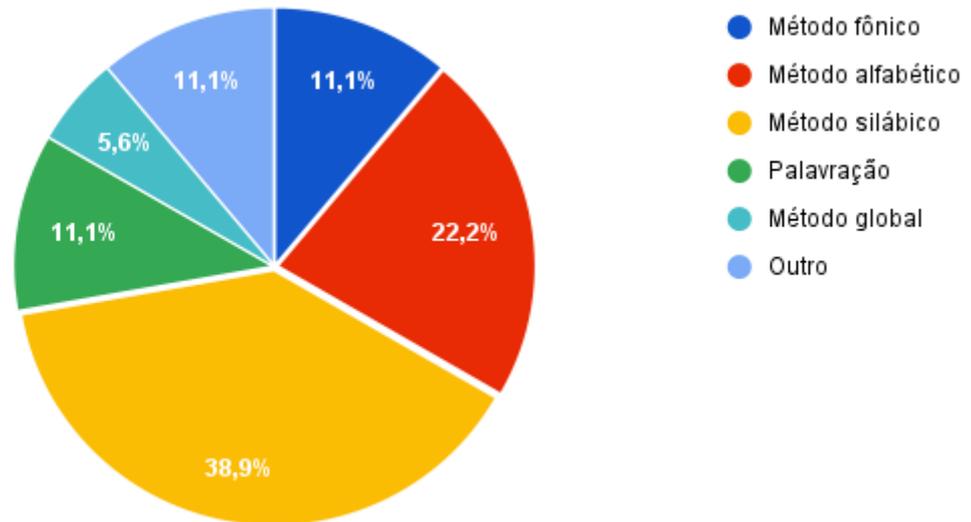
5 respostas



Fonte: Elaboração própria

O décimo primeiro gráfico corresponde a questão de número 11, sobre os métodos de alfabetização utilizados durante as aulas

Questão 11- Quais métodos de alfabetização foram utilizados com mais frequência? (Questão de múltipla escolha)

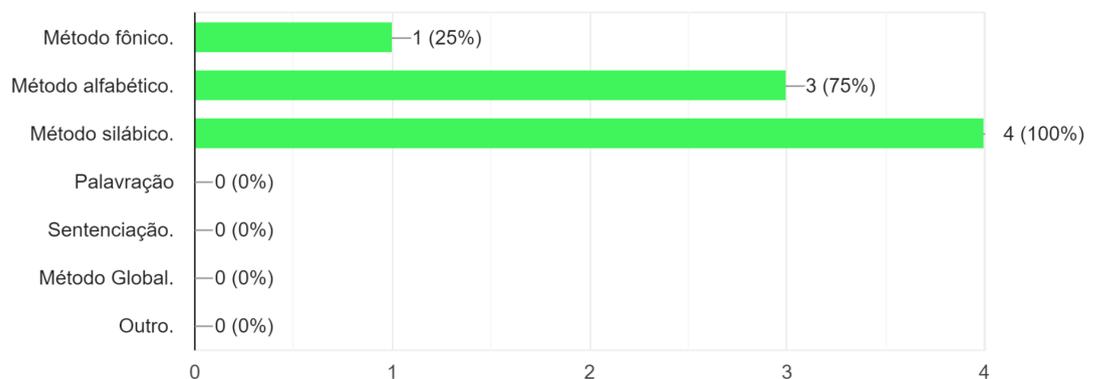


Fonte: Elaboração própria

O método silábico foi o mais utilizado pelos respondentes com sete votos, em seguida o método alfabético com quatro votos, e simultaneamente com dois votos temos o método fônico, global e outros e com um voto temos o método global, sendo que na escola pública

11) Quais métodos de alfabetização foram utilizados com mais frequência?

4 respostas

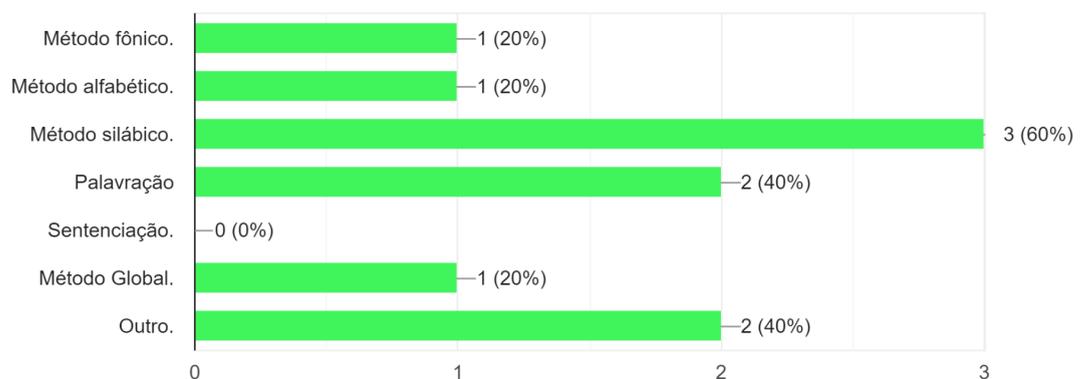


Fonte: Elaboração própria

O método silábico foi utilizado quatro vezes pelos respondentes, em seguida o método alfabético com três votos, e o método fônico com um voto, enquanto na escola privada o método silábico também foi o mais utilizado com três votos, seguido do método de palavração e outros métodos com dois votos, e por fim, método fônico, alfabético e global, ambos com um voto.

11) Quais métodos de alfabetização foram utilizados com mais frequência?

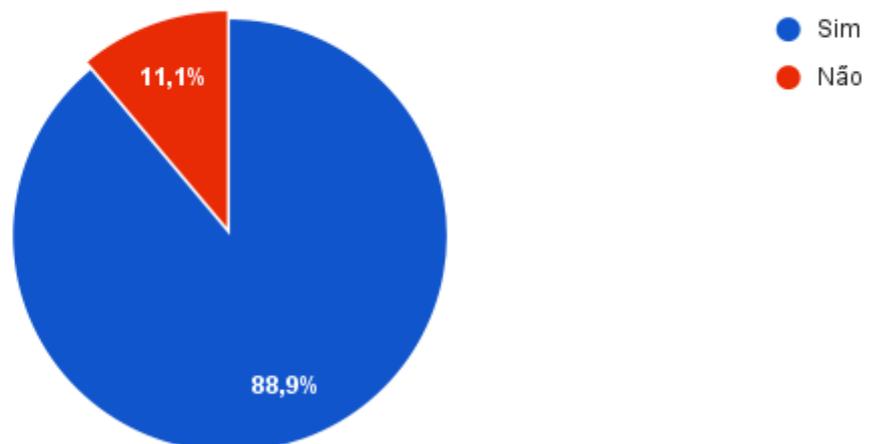
5 respostas



Fonte: Elaboração própria

O décimo segundo gráfico corresponde a questão de número 12, em relação às orientações sobre o novo formato de aulas

Questão 12- Você recebeu orientações sobre a utilização de novas tecnologias durante a pandemia?

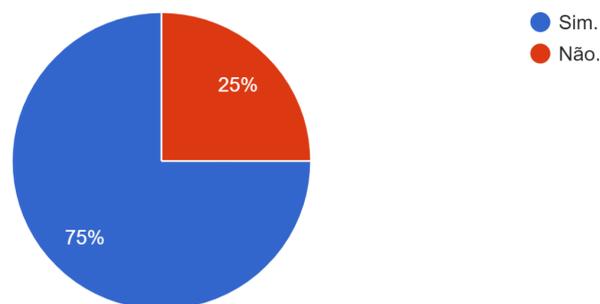


Fonte: Elaboração própria

Dos nove respondentes, oito afirmaram que receberam orientações sobre a utilização das tecnologias durante a pandemia, e um respondente foi contrário a essa afirmação, sendo que na escola pública

12) Você recebeu orientações sobre a utilização de novas tecnologias durante a pandemia?

4 respostas

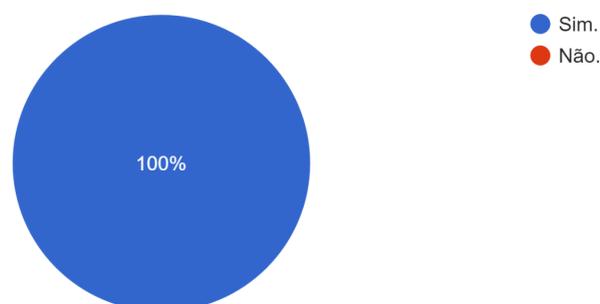


Fonte: Elaboração própria

Três respondentes afirmaram que receberam orientações sobre a utilização das tecnologias durante a pandemia, e um respondente foi contrário a essa afirmação, enquanto na escola privada, dos cinco respondentes, 100% afirma que recebeu orientações acerca das novas tecnologias durante a pandemia, vide gráfico abaixo.

12) Você recebeu orientações sobre a utilização de novas tecnologias durante a pandemia?

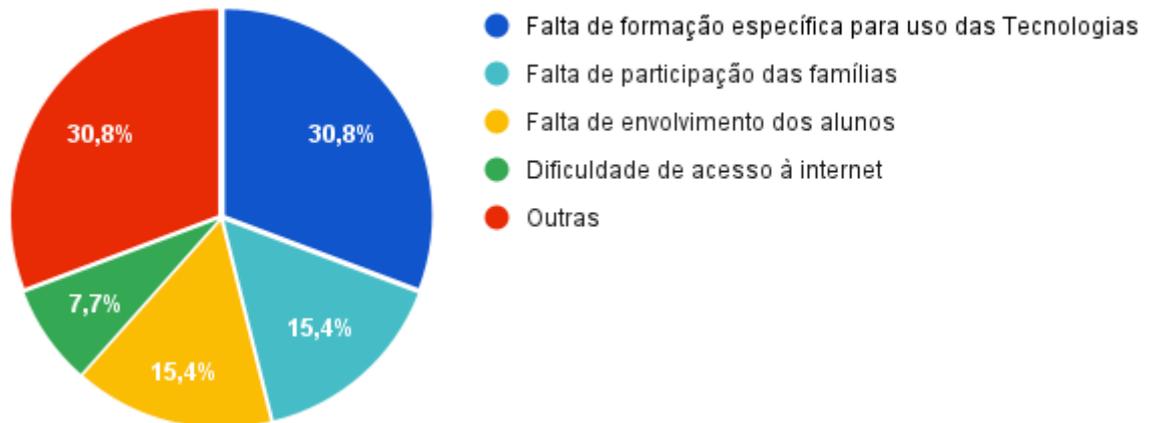
5 respostas



Fonte: Elaboração própria

O décimo terceiro gráfico corresponde a questão de número 13, onde são apresentadas as maiores dificuldades enfrentadas em relação ao processo de alfabetização durante a pandemia

Questão 13- Quais as maiores dificuldades enfrentadas no processo de alfabetização de seus alunos durante a pandemia?

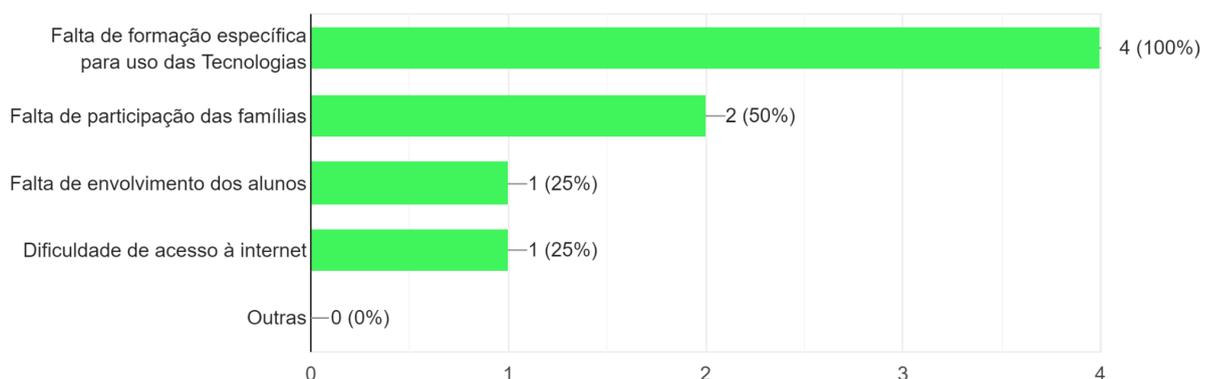


Fonte: Elaboração própria

Com quatro votos, a falta de formação específica para o uso das tecnologias e outras motivações não apresentadas na pesquisa, foram as maiores dificuldades enfrentadas pelos professores alfabetizadores durante a pandemia, seguido da falta de participação da família e falta de envolvimento dos alunos, com dois votos, e por fim a dificuldade ao acesso de internet, com um voto, sendo que na escola pública

13) Quais as maiores dificuldades enfrentadas no processo de alfabetização de seus alunos durante a pandemia?

4 respostas

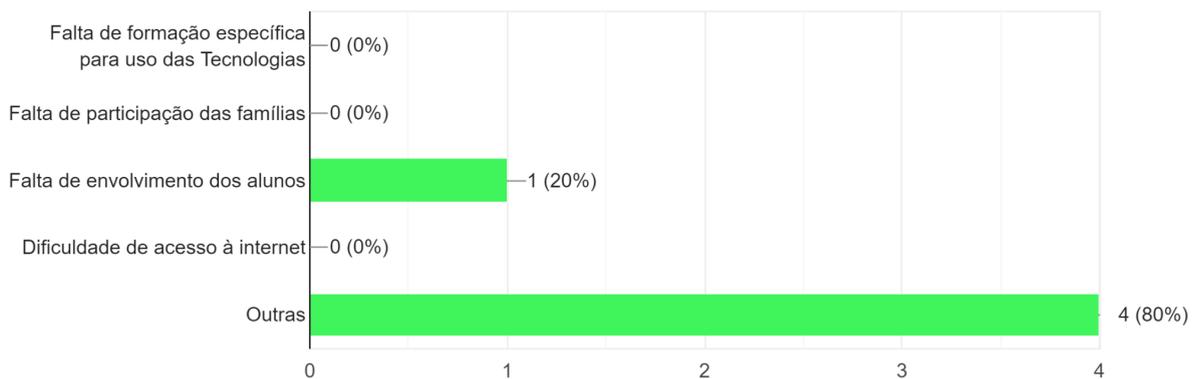


Fonte: Elaboração própria

A maior dificuldade enfrentada pelos respondentes foi a falta de formação específica para o uso das tecnologias, com quatro votos, seguido da falta de participação das famílias, com dois votos, e por fim, simultaneamente com um voto, temos a falta de envolvimento dos alunos e a dificuldade ao acesso de internet, enquanto na escola privada outras motivações não apresentadas na pesquisa foram a maior fonte de dificuldade, com quatro votos, seguida da falta de envolvimento dos alunos, com um voto.

13) Quais as maiores dificuldades enfrentadas no processo de alfabetização de seus alunos durante a pandemia?

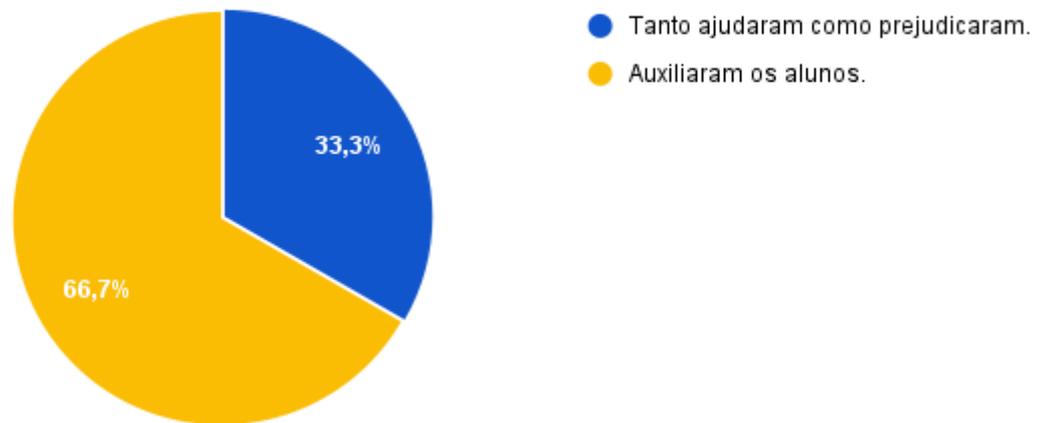
5 respostas



Fonte: Elaboração própria

O décimo quarto gráfico corresponde a questão de número 14, sobre a perspectiva em relação as tecnologias

Questão 14- Tendo em vista a situação enfrentada mundialmente da pandemia da COVID 19, você acredita que as aulas remotas síncronas auxiliaram ou prejudicaram os alunos

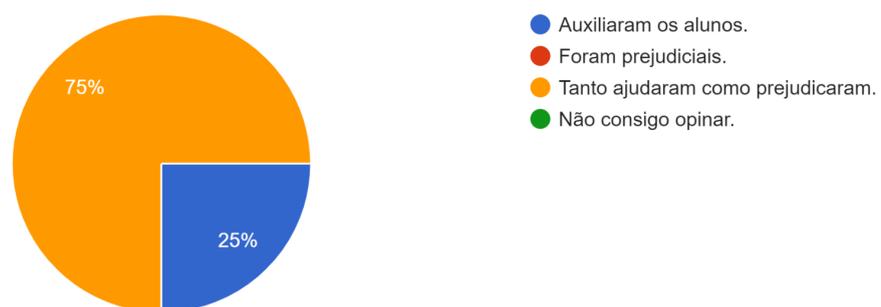


Fonte: Elaboração própria

Dos nove respondentes, seis acreditam que as aulas remotas tanto ajudaram como prejudicaram os alunos, e três respondentes acreditam que as aulas remotas auxiliaram os alunos, sendo que na escola pública

14) Tendo em vista a situação enfrentada mundialmente da pandemia da COVID 19, você acredita que as aulas remotas síncronas auxiliaram ou prejudicaram os alunos

4 respostas



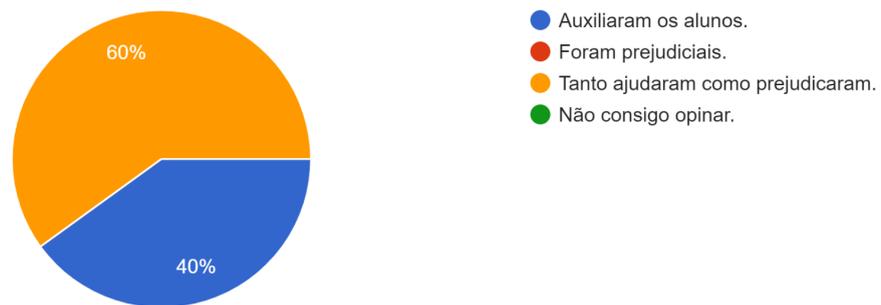
Fonte: Elaboração própria

Dos quatro respondentes, três acreditam que as aulas remotas síncronas tanto ajudaram como prejudicaram os alunos, e um respondente acredita que as aulas remotas foram auxiliaadoras, enquanto na escola privada três acreditam que as

aulas remotas síncronas tanto ajudaram como prejudicaram os alunos, e dois respondentes acreditam que as aulas remotas foram auxiliadoras

14) Tendo em vista a situação enfrentada mundialmente da pandemia da COVID 19, você acredita que as aulas remotas síncronas auxiliaram ou prejudicaram os alunos

5 respostas



Fonte: Elaboração própria

A questão número quinze será apresentada através de uma tabela, nela apresentaremos as concepções dos nove respondentes desta pesquisa acerca da implicação das tecnologias no processo de alfabetização durante a pandemia, deixando claro que nesta questão de cunho optativo, pediu-se para não manifestar o nome do respondente, da escola, ou viés político

Tendo em vista as circunstâncias que se deu o processo de ensino em período pandêmico (2020/2021), você acredita que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tiveram alguma implicação no processo de alfabetização durante a pandemia da COVID-19?	
Escola pública	<ul style="list-style-type: none"> • Sim, pois professores que tiveram maiores habilidades com as tecnologias tiveram mais facilidade de tornar as aulas mais dinâmicas e atrativas para que os alunos e as famílias participassem de maneira mais efetiva. • As aulas foram feitas de formas remotas por que não havia outro meio de ensino, porém a aprendizagem a distância não é a levada tão a sério quanto o professor em sala de aula, em cima do aluno é auxiliando nas atividades, a aprendizagem precisa ser presencial para que possa ter um melhor desempenho por parte dos alunos. • Sim • Sim
Escola privada	<ul style="list-style-type: none"> • Sim, pois é necessário que tenha o contato presencial para haver melhor aprendizagem. A alfabetização é um processo que requer muita empatia e esforço de docentes e discentes. • Sim. O processo de alfabetização deve ser feito de forma presencial para que haja uma aprendizagem de excelência. • Sim. Porque a alfabetização é o período mais importante da criança na escola. Esse processo se dá de forma contínua e com a presença física de discentes e docentes. • AS NTIC FORAM ESSENCIAIS PARA UM BOM DESENVOLVIMENTO DO NOSSO TRABALHO, O QUE POSSIBILITOU O CONTATO DIÁRIO COM ALUNO. • As tecnologias de Informação e comunicação foram essenciais para todo o processo durante a pandemia. Apesar das dificuldades e limitações, através dela conseguimos manter comunicação direta às crianças e manter ativo o processo de ensino-aprendizagem.

Fonte: Elaboração própria

Por meio desta pesquisa, concluímos que durante o período pandêmico da covid-19, os professores se desdobraram para poder exercer a função de

alfabetizadores da melhor forma possível, contudo, diante das respostas apresentadas percebemos a dificuldade frente as aulas remotas.

As escolas pública e privada apresentam pontos convergentes, sendo eles: a participação e frequência dos alunos, os recursos utilizados, a dificuldade dos alunos em relação a leitura e a escrita, o acesso as aulas, o número de alunos alfabetizados, entre outros, porém apresentam também algumas divergências, como o formato de aulas, onde a escola pública quase que exclusivamente ministrou as aulas de forma virtual com atividades pelo whatsapp, enquanto a escola privada, apresentava uma diversidade maior de ferramentas, também em relação as dificuldades enfrentadas na etapa de alfabetização durante a pandemia, a escola pública apresentou desafios enquanto a questão da falta de formação específica para uso das tecnologias, falta de participação das famílias e dificuldade de acesso à internet, a única semelhança em relação as dificuldades entre as duas escolas foi a falta de envolvimento dos alunos, a escola privada apresentou outras dificuldades não explicitadas na pesquisa.

Partindo das respostas discursivas, é unânime entre os nove respondentes que as TIC tiveram alguma implicação no processo de alfabetização durante a pandemia da Covid-19, porém ficou evidenciado que a questão não são as tecnologias em si, pois todos ressaltaram a importância da alfabetização quando feita de forma presencial, e alguns dos respondentes reconheceram que as tecnologias foram indispensáveis, visto a situação pandêmica enfrentada mundialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como principal fundamentação, as concepções acerca da alfabetização e das tecnologias com enfoque no período pandêmico da Covid-19, a partir disso, os objetivos traçados foram alcançados.

Ao analisarmos a história da alfabetização, percebemos como esse processo se modificou gradativamente, e teve diversas conquistas em âmbito legal, mesmo que em sala de aula ainda seja um trabalho árduo para o professor, tendo em vista que a etapa de alfabetização é a mais importante no processo de ensino. Dessa forma, foi necessário adequá-la ao contexto atual no qual vivemos, o da era tecnológica.

As tecnologias podem ser grandes auxiliadoras no processo de ensino, visto que possibilitam a conexão entre os indivíduos e a facilidade de troca e busca de informações. No Brasil, foi preciso a criação de documentos legais e programas para a inserção das TIC em ambiente escolar.

Em 2020, devido a pandemia da Covid-19, foi substancial que as aulas da educação básica e ensino superior acontecessem de forma remota, sendo assim, o uso das tecnologias foi indispensável. Através da pesquisa, percebemos como atrelar o processo de alfabetização com o uso das tecnologias foi desafiador, pois nas séries iniciais, a atenção e o acompanhamento são redobrados.

Perante aos dados adquiridos através do formulário, evidencia-se a demanda de formação específica para os professores na área das tecnologias, pois o despreparo frente as TIC, foi um contratempo apresentado pelos mesmos. Também constata-se a necessidade de acompanhamento aos alunos que passaram pela etapa alfabetizadora durante os anos de pandemia, visto que a aprendizagem foi comprometida.

REFERÊNCIAS

BORGES, B. M. ; GONÇALVEZ, A. ; FIGUEIREDO, W. S. . **Educação Falaciosa: uma análise crítica ao dualismo educacional desde a antiguidade até a contemporaneidade**. TEMPO AMAZÔNICO , v. 4, p. 123-149, 2017.

BORGES, V. S. ; COUTO, F. P. **Políticas públicas com as TIC no Brasil: anseios e desafios da contemporaneidade**. In: IV Colóquio Internacional Educação, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 ago. 2022.

_____. Decreto Nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional-ProInfo**. Diário Oficial da União. Brasília, 12 de dezembro de 2007. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6300.htm. Acesso em: 02 out. 2022.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília, 2013. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman & view=download & alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf & Itemid=30192. Acesso em: 15 dez. 2022.

_____. Lei de 01 de julho de 2021. **Institui a Política de Inovação Educação Conectada**. Brasília, 2021. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14180.htm. Acesso em: 06 out. 2022. _____.

Lei de 15 de outubro de 1827. **Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e lugares mais populosos do Império**. Rio de Janeiro, 1827. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm#:~:text=LEI%20DE%2015%20DE%20OUTUBRO,lugares%20mais%20populosos%20do%20Imp%C3%A9rio. Acesso em: 23 ago, 2022.

_____. Lei de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 ago. 2022.

_____. Lei de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, 2014. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia>. Acesso em: 02 out. 2022.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria N. 343, de 18 de março de 2020**. Brasília, 2020.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA: Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, Sealf: 2019. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. **Instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais**. Publicada no Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, jul./2012. Disponível em: <https://diariofiscal.com.br/ZpNbw3dk20XgIKXVGacL5NS8haloH5PqbJKZaawfaDwCm/legislacaofederal/portaria/2012/mec867.htm>. Acesso em: 23 ago. 2022.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: Tecnologias da Informação e Comunicação. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Programa de desenvolvimento profissional continuado**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_acao/pcnacao_fund1e2.pdf. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Programa Nacional de Informática Educativa**/MEC/ SEMTEC.-Brasília: PRONINFE, 1994 39p.

CAMARGOS, A. Educação no Brasil: Da colônia ao início da república. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, São Gotardo, nº XVII, p. 129-139, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura>. Acesso em: 23 de ago 2022.

CUNHA, L. A.; XAVIER, L. Movimento brasileiro de alfabetização (MOBRAL). In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>. Acesso em: 23 ago. 2022.

CUNHA, L. A. Programa nacional de alfabetização (PNA). In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.** Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-nacional-de-alfabetizacao-pna>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

FNDE. PROINFO. **Projeto um computador por aluno (UCA).** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/proinfo/eixos-de-atuacao/projeto-um-computador-por-aluno-uca>. Acesso em: 06 nov. 2022.

FRADE, I. C. A. **Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais.** Educação, Santa Maria, V.32 -n.01, p.21-40, 2007.

FRM- Fundação Roberto Marinho. **Telecurso.** Disponível em: <https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/solucao/telecurso>. Acesso em: 02 out. 2022.

Guia de tecnologias educacionais / organização Jeanete Beauchamp e Jane Cristina da Silva. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. 93 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/guia_de_tecnologias_educacionais.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Diagnóstico da situação educacional de jovens e adultos** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. – Brasília : O Instituto, 2000.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação.** 8ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

LOPES, F. **O desenvolvimento da consciência fonológica e sua importância para o processo de alfabetização.** Psicol. Esc. Educ. (Impr.) [online]. 2004, vol.8, n.2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/Zs83Yfc4wRLFPgp5ZbQLFBb/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MENEZES, E. T. **Verbetes SocInfo (Programa Sociedade da Informação).** Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix

Editora, 2001. Disponível em:

<https://www.educabrasil.com.br/socinfo-programa-sociedade-da-informacao/>. Acesso em: 16 out. 2022.

MENEZES, G. A. - **Da idade da pedra a era digital: A Comunicação no decorrer da História e a complexidade na produção de conteúdo para empresas nas redes sociais**. In XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Juazeiro, BA: **Intercom**: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2018, p. 1–10

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação a Distância. **TVESCOLA relatório 1996-2022**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/relatividades/TVEscola19962002.pdf>. Acesso em: 02 out. 2022.

_____. **Projeto Casa Brasil proporciona inclusão digital**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/2532-sp-31910131> Acesso em: 02 out. 2022.

NETO, J. **Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015**.

Agência IBGE Notícias. 18 mai. 2018. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>. Acesso em: 06 nov. 2022.

OMS (Organização Mundial da Saúde, 2021). Disponível em:

https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=CjwKCAjwqeWKBhBFEiwABo_XBt6Sa2CXI1P8LxWUTyMtLKuc7Z_RuwoxIUK0hILNKK4y9yC-j8bcJxoCzeAQAvD_BwE. Acesso em: 03 Out. 2021.

PORRINO, R. C. Z.; BARROS, F. C. O. M. **Breve histórico da alfabetização no Brasil e as contribuições de Célestin Freinet**. Faculdades Integradas de Ourinhos-FIO/FEMM. São Paulo, 2017. Disponível em:

https://cic.unifio.edu.br/anaisCIC/anais2017/pdf/09_06.pdf. Acesso em: 23 ago. 2022.

RNP- Rede Nacional de Pesquisa. **Nossa história**. Disponível em:

<https://www.rnp.br/sobre/nossa-historia>. Acesso em: 02 out. 2022.

ROCIO, Vitor - **Tecnologias da informação e comunicação**. Lisboa: Universidade Aberta, 2010.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia científica**. Revista UNISC, Universidade de Santa Cruz do Sul, Paracambi, 2007.

SAVAZONI, COHN, S. **Cultura digital.br**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. 312p. Disponível em:

<https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2018/01/cultura-digital-br.pdf>. Acesso

em: 02 nov. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo : Cortez, 2013.

SMARJASSI, C.; ARZANI, J. H. **As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica**. Revista Educação Pública, v. 21, nº15, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>. Acesso em: 2 nov. 2022.

SOARES, M. **Alfabetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. 1 ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3.ed. 6. reimp. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

SOARES, M. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zG4cBvLkSZfcZnXfZGLzsXb/?format=pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

UNESCO. **Alfabetização como liberdade**. Declaração para a Alfabetização. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Ministério da Educação. Brasília, 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000130300>. Acesso em: 16 nov. 2022.

VALENTE, J. A.. **A História do Projeto FORMAR**. NIED. UNICAMP, 2006. Disponível em: <https://www.nied.unicamp.br/projeto/formar/>. Acesso em: 02 out. 2022.

ANEXO A- COLETA DE DADOS ESCOLA PÚBLICA

Alfabetização no período de Pandemia da Covid-19 escola pública

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do Projeto de Pesquisa sob o título "Alfabetização no Período de Pandemia da Covid-19". Meu nome é Vanessa Ribeiro Brito, sou acadêmica do curso de Pedagogia da Facmais-Inhumas. Em caso de dúvida você poderá entrar em contato com o professor orientador Ma. Katielly Vila Verde Araújo Sores, telefone 62.98456-2408, ou através do e-mail katielly@facmais.edu.br.

O motivo que nos leva a propor essa pesquisa é que existe uma necessidade de compreender como se deu o processo de alfabetização nos últimos anos, devido a pandemia e quais os reflexos no processo de ensino e aprendizagem.

O procedimento de coleta de dados será em formato eletrônico, em que concordando com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você será direcionado ao questionário específico. Não há necessidade de identificação, ficando assegurados o sigilo e a privacidade.

Este formulário é destinado a professores de escola pública dos anos iniciais do ensino fundamental (1º e 2º ano) para uma pesquisa de TCC sobre a Alfabetização, a pandemia e as novas tecnologias.

*Obrigatório

1. Após ter recebido os esclarecimentos e as informações sobre a pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, você deve clicar na opção CONCORDO e, em seguida, será direcionado para o questionário. Caso contrário, clique em NÃO CONCORDO que encerraremos. *

Marcar apenas uma oval.

- CONCORDO
 NÃO CONCORDO

FORMULÁRIO DE
PESQUISA

Os dados dessa pesquisa não serão divulgados.

27/11/2022 17:55

Alfabetização no período de Pandemia da Covid-19 escola pública

2. 01) Você foi professor alfabetizador durante os anos da pandemia da COVID-19 *
(2020/2021)?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Coordenação pedagógica

3. 02) Em qual turma de alfabetização você trabalhou durante a pandemia? *

Marcar apenas uma oval.

- 1º ano
- 2º ano
- 3º ano
- Não trabalhei em turmas de alfabetização
- Todas

Alfabetização
durante a
pandemia

Perspectiva de professores de escola pública acerca da
alfabetização durante a pandemia.

27/11/2022 17:55

Alfabetização no período de Pandemia da Covid-19 escola pública

4. 03) Qual o principal formato de aulas ofertadas a seus estudantes durante a pandemia (2020/2021)? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Encontros presenciais 2020;	Encontros presenciais 2021;	Virtual com atividades no whatsapp;	Virtual com atividades no Zoom, Google Meet/Classroom;	Aplicativo próprio
Presencial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Híbrido	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Virtual Síncrono	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Virtual Assíncrono	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atividades impressas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5. 04) Qual porcentagem média de estudantes participava com frequência das aulas/atividades virtuais? *

Marcar apenas uma oval.

- 100% dos alunos participava com frequência das aulas online.
- Mais de 50% dos alunos participava com frequência das aulas online.
- Menos de 50% dos alunos participava com frequência das aulas online.
- Nenhum dos alunos participava com frequência das aulas online.

6. 05) De que forma acontecia as aulas remotas (síncronas)? *

Marcar apenas uma oval.

- Em tempo real através de vídeo chamadas.
- Através de grupos de whatsapp.
- Outra forma.

27/11/2022 17:55

Alfabetização no período de Pandemia da Covid-19 escola pública

7. 06) Quais os recursos utilizados durante as aulas online? (você pode marcar mais de uma opção) *

Marque todas que se aplicam.

- Livro didático.
- Atividades/livros em PDF.
- Jogos/ atividades lúdicas online.
- Atividades impressas.
- Gameficação.

8. 07) Com relação ao processo de alfabetização, em qual área acredita que houve mais dificuldade de ensino-aprendizagem? *

Marcar apenas uma oval.

- Leitura.
- Escrita.
- Leitura e escrita.
- Não houve dificuldade.

9. 08) Qual porcentagem de alunos tinha acesso a internet/ computador/tablet/celular para participar das aulas? *

Marcar apenas uma oval.

- Todos os alunos tinham acesso para participar das aulas.
- Mais de 50% dos alunos tinha acesso para participar das aulas.
- Menos de 50% dos alunos tinha acesso para participar das aulas.
- Nenhum dos alunos tinha acesso para participar das aulas.

27/11/2022 17:55

Alfabetização no período de Pandemia da Covid-19 escola pública

10. 09) Qual a porcentagem os alunos que foram alfabetizados (sabendo ler e escrever para o 3º ano do Ensino Fundamental I)? *

Marcar apenas uma oval.

- 100% dos alunos.
 Mais de 50% dos alunos.
 Menos de 50% dos alunos.
 Nenhum dos alunos.

11. 10) Em relação a participação da família dos alunos no processo de aprendizagem, você considera que: *

Marcar apenas uma oval.

- Eram participativos e interessados.
 Não havia interesse por parte da família.

12. 11) Quais métodos de alfabetização foram utilizados com mais frequência? *

Marque todas que se aplicam.

- Método fônico.
 Método alfabético.
 Método silábico.
 Palavração
 Sentenciação.
 Método Global.
 Outro.

13. 12) Você recebeu orientações sobre a utilização de novas tecnologias durante a pandemia? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
 Não.

27/11/2022 17:55

Alfabetização no período de Pandemia da Covid-19 escola pública

14. 13) Quais as maiores dificuldades enfrentadas no processo de alfabetização de seus alunos durante a pandemia? *

Marque todas que se aplicam.

- Falta de formação específica para uso das Tecnologias
- Falta de participação das famílias
- Falta de envolvimento dos alunos
- Dificuldade de acesso à internet
- Outras

15. 14) Tendo em vista a situação enfrentada mundialmente da pandemia da COVID 19, você acredita que as aulas remotas síncronas auxiliaram ou prejudicaram os alunos *

Marcar apenas uma oval.

- Auxiliaram os alunos.
- Foram prejudiciais.
- Tanto ajudaram como prejudicaram.
- Não consigo opinar.

16. 15) Nesta questão de cunho opinativo, pede-se que não manifeste seu nome, nome da escola, ou viés político. *

Tendo em vista as circunstâncias que se deu o processo de ensino em período pandêmico (2020/2021), você acredita que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) tiveram alguma implicação no processo de alfabetização durante a pandemia da COVID-19? Justifique.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

ANEXO B- COLETA DE DADOS ESCOLA PRIVADA

Alfabetização no período de Pandemia da Covid-19 escola privada

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do Projeto de Pesquisa sob o título "Alfabetização no Período de Pandemia da Covid-19". Meu nome é Vanessa Ribeiro Brito, sou acadêmica do curso de Pedagogia da Facmais-Inhumas. Em caso de dúvida você poderá entrar em contato com o professor orientador Ma. Katielly Vila Verde Araújo Sores, telefone 62.98456-2408, ou através do e-mail katielly@facmais.edu.br.

O motivo que nos leva a propor essa pesquisa é que existe uma necessidade de compreender como se deu o processo de alfabetização nos últimos anos, devido a pandemia e quais os reflexos no processo de ensino e aprendizagem.

O procedimento de coleta de dados será em formato eletrônico, em que concordando com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você será direcionado ao questionário específico. Não há necessidade de identificação, ficando assegurados o sigilo e a privacidade.

Este formulário é destinado a professores de escola privada dos anos iniciais do ensino fundamental (1º e 2º ano) para uma pesquisa de TCC sobre a Alfabetização, a pandemia e as novas tecnologias.

*Obrigatório

1. Após ter recebido os esclarecimentos e as informações sobre a pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, você deve clicar na opção CONCORDO e, em seguida, será direcionado para o questionário. Caso contrário, clique em NÃO CONCORDO que encerraremos. *

Marcar apenas uma oval.

- CONCORDO
 NÃO CONCORDO

FORMULÁRIO DE
PESQUISA

Os dados dessa pesquisa não serão divulgados.

27/11/2022 17:54

Alfabetização no período de Pandemia da Covid-19 escola privada

2. 01) Você foi professor alfabetizador durante os anos da pandemia da COVID-19 *
(2020/2021)?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Coordenação pedagógica

3. 02) Em qual turma de alfabetização você trabalhou durante a pandemia? *

Marcar apenas uma oval.

- 1º ano
 2º ano
 3º ano
 Não trabalhei em turmas de alfabetização
 Todas

Alfabetização
durante a
pandemia

Perspectiva de professores de escola pública acerca da
alfabetização durante a pandemia.

27/11/2022 17:54

Alfabetização no período de Pandemia da Covid-19 escola privada

4. 03) Qual o principal formato de aulas ofertadas a seus estudantes durante a pandemia (2020/2021)? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Encontros presenciais 2020;	Encontros presenciais 2021;	Virtual com atividades no whatsapp;	Virtual com atividades no Zoom, Google Meet/Classroom;	Aplicativo próprio
Presencial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Híbrido	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Virtual Síncrono	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Virtual Assíncrono	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atividades impressas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5. 04) Qual porcentagem média de estudantes participava com frequência das aulas/atividades virtuais? *

Marcar apenas uma oval.

- 100% dos alunos participava com frequência das aulas online.
- Mais de 50% dos alunos participava com frequência das aulas online.
- Menos de 50% dos alunos participava com frequência das aulas online.
- Nenhum dos alunos participava com frequência das aulas online.

6. 05) De que forma acontecia as aulas remotas (síncronas)? *

Marcar apenas uma oval.

- Em tempo real através de vídeo chamadas.
- Através de grupos de whatsapp.
- Outra forma.

27/11/2022 17:54

Alfabetização no período de Pandemia da Covid-19 escola privada

7. 06) Quais os recursos utilizados durante as aulas online? (você pode marcar mais de uma opção) *

Marque todas que se aplicam.

- Livro didático.
- Atividades/livros em PDF.
- Jogos/ atividades lúdicas online.
- Atividades impressas.
- Gameficação.

8. 07) Com relação ao processo de alfabetização, em qual área acredita que houve mais dificuldade de ensino-aprendizagem? *

Marcar apenas uma oval.

- Leitura.
- Escrita.
- Leitura e escrita.
- Não houve dificuldade.

9. 08) Qual porcentagem de alunos tinha acesso a internet/ computador/tablet/celular para participar das aulas? *

Marcar apenas uma oval.

- Todos os alunos tinham acesso para participar das aulas.
- Mais de 50% dos alunos tinha acesso para participar das aulas.
- Menos de 50% dos alunos tinha acesso para participar das aulas.
- Nenhum dos alunos tinha acesso para participar das aulas.

27/11/2022 17:54

Alfabetização no período de Pandemia da Covid-19 escola privada

10. 09) Qual a porcentagem os alunos que foram alfabetizados (sabendo ler e escrever para o 3º ano do Ensino Fundamental I)? *

Marcar apenas uma oval.

- 100% dos alunos.
 Mais de 50% dos alunos.
 Menos de 50% dos alunos.
 Nenhum dos alunos.

11. 10) Em relação a participação da família dos alunos no processo de aprendizagem, você considera que: *

Marcar apenas uma oval.

- Eram participativos e interessados.
 Não havia interesse por parte da família.

12. 11) Quais métodos de alfabetização foram utilizados com mais frequência? *

Marque todas que se aplicam.

- Método fônico.
 Método alfabético.
 Método silábico.
 Palavração
 Sentenciação.
 Método Global.
 Outro.

13. 12) Você recebeu orientações sobre a utilização de novas tecnologias durante a pandemia? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
 Não.

27/11/2022 17:54

Alfabetização no período de Pandemia da Covid-19 escola privada

14. 13) Quais as maiores dificuldades enfrentadas no processo de alfabetização de seus alunos durante a pandemia? *

Marque todas que se aplicam.

- Falta de formação específica para uso das Tecnologias
- Falta de participação das famílias
- Falta de envolvimento dos alunos
- Dificuldade de acesso à internet
- Outras

15. 14) Tendo em vista a situação enfrentada mundialmente da pandemia da COVID 19, você acredita que as aulas remotas síncronas auxiliaram ou prejudicaram os alunos *

Marcar apenas uma oval.

- Auxiliaram os alunos.
- Foram prejudiciais.
- Tanto ajudaram como prejudicaram.
- Não consigo opinar.

16. 15) Nesta questão de cunho opinativo, pede-se que não manifeste seu nome, nome da escola, ou viés político. *

Tendo em vista as circunstâncias que se deu o processo de ensino em período pandêmico (2020/2021), você acredita que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) tiveram alguma implicação no processo de alfabetização durante a pandemia da COVID-19? Justifique.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

